



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO**

MARINA PIOVESAN GONÇALVES

**RELATOS DE OCORRÊNCIA (RO) NA DELEGACIA DE
PROTEÇÃO AO TURISTA DE SANTA CATARINA:
Uma Análise Discursiva e Tradutória**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO

Marina Piovesan Gonçalves

**RELATOS DE OCORRÊNCIA (RO) NA DELEGACIA DE
PROTEÇÃO AO TURISTA DE SANTA CATARINA:
Uma Análise Discursiva e Tradutória**

Dissertação à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Tradução da Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Mestre em
Estudos da Tradução.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Rosa Caldas-Coulthard

Área de Concentração: Processos de Retextualização.

Linha de Pesquisa: Teoria, Crítica e História da Tradução.

Florianópolis
2015

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
Através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Gonçalves, Marina Piovesan

Relatos de Ocorrência (RO) na Delegacia de Proteção ao Turista de Santa Catarina : uma análise discursiva e tradutória / Marina Piovesan Gonçalves ; orientadora, Carmem Rosa Caldas-Coulthard - Florianópolis, SC, 2015.

116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

Inclui referências

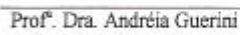
1. Estudos da Tradução. 2. Relato de Ocorrência (RO). 3. Interação. 4. Narrativa. 5. Tradução. I. Caldas-Coulthard, Carmem Rosa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

Marina Piovesan Gonçalves

**RELATOS DE OCORRÊNCIA (RO) NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO TURISTA
DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA E TRADUTÓRIA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução.

Florianópolis, 26 de agosto de 2015.


Prof. Dra. Andréia Guerini
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:


Prof.ª Dr.ª Carmen Rosa Caldas-Coulthard
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Dr.ª Débora Figueiredo
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Lincoln Fernandes
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Dr.ª Meta Elisabeth Zipsper
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais pelo incansável
incentivo, apoio, amor, carinho e
dedicação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais: Luiz Carlos Gonçalves e Vera Lucia Piovesan Gonçalves. A ti, meu pai, muito obrigada pelos sábios ensinamentos da vida e por, mesmo que em poucas palavras, sempre acreditar na minha capacidade. À minha mãe, por todo excesso de amor, paciência, preocupação e, principalmente, por aguentar meus momentos de estresse e minha falta de humor. Sem vocês esse trabalho não seria concluído. Amo vocês!

Ao meu irmão Hugo Piovesan Gonçalves, por quem dedico toda minha atenção e um amor incondicional.

À minha avó Belisária Piovesan, a quem serei eternamente grata. Ela foi e sempre será meu modelo, meu espelho e hoje é minha estrela guia.

À minha querida, dedicada e atenciosa orientadora, Professora Carmen Rosa Caldas-Coulthard. Muito obrigada pela confiança, oportunidade e pelos sábios ensinamentos.

À minha querida amiga Thaís Trevisan, que esteve ao meu lado desde o primeiro semestre e que quero levar para sempre na minha vida.

À Polícia Civil de Santa Catarina, especialmente aos Delegados Dr. Júlio Teixeira, que desde o início abraçou minha ideia e não mediu esforços para que ele se tornasse realidade; ao Delegado Dr. Laurito Akira Sato, que calmamente, no meio de uma operação e outra, me deu uma aula sobre a Polícia, suas repartições, importâncias e necessidades; ao Delegado Dr. Juarez Souza de Medeiros, pela liberação de todas as autorizações para a realização efetiva deste trabalho/estudo. E, meu muito obrigada, também especial, para o funcionário José Carlos Ramos de Oliveira, por me contar toda sua história na Polícia, desde a criação da Delegacia de Proteção ao Turista e por me acompanhar em todas as idas a DPTUR.

Às minhas amigas do “Gabinete”, Solange, Mariani, Liana, Francieli e Leticia, onde trabalhei no início da minha vida em Florianópolis, por todos os gestos e momentos de carinho, amizade e compreensão. Vocês me ensinaram que o local de trabalho pode ser repleto de sentimentos bons e, principalmente, podem ser eternos.

À todas as outras pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que mais esta etapa da minha vida fosse concluída.

À banca pela imprescritível ajuda.

Ao CNPq pelo incentivo e apoio financeiro.

À Universidade Federal de Santa Catarina.

A palavra não foi feita para enfeitar,
brilhar como ouro falso; a palavra foi
feita para dizer.
(Graciliano Ramos, 1962)

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é o de investigar e analisar de que forma ocorre o processo comunicativo em Relatos de Ocorrências (ROs) produzidos pelo/a escrivão/ã, em situações envolvendo estrangeiros/as, na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da Capital do Estado de Santa Catarina, verificando a competência linguística/discursiva dos/as envolvidos/as no processo, bem como a maneira com que se apresenta a narrativa final produzida. O RO é um tipo de interação peculiar ao contexto jurídico e que acontece em um ambiente de conflito e/ou crime – o relato de um evento criminal. Nesse processo de comunicação existe um importante agravador: a transferência do modo oral para o modo escrito. Um dado ainda mais complicador é o uso de dois sistemas linguísticos diferentes: a língua fonte (a do/a estrangeiro/a) e a língua alvo (o português), o que também contribui para que o trabalho seja ainda mais complexo e exija alguns requisitos, conhecimentos linguísticos e técnicos por quem o executa. O *corpus* será composto por dezesseis ROs. Combina-se teoricamente dois tipos de conhecimentos e metodologias: os estudos discursivos e também os estudos tradutórios. Para tanto, autores especialistas nas duas áreas serão a base teórica deste estudo: Halliday (1978c, 2004c), Longacre (1996), Swales (1938), Reiss (2004), Vermeer (2004) e Nord (1991). A metodologia é baseada em técnicas de etnografia e dividida em macro e micro análise. O objetivo final é o de contribuir para a melhor qualificação linguística dos/as agentes envolvidos/as no processo de RO.

Palavras-chave: Relato de Ocorrência (RO). Interação. Narrativa. Tradução.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to investigate and analyse how the communication process in Reports of Criminal Events (RCE) occurs in situations involving foreigners at the Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) of the state capital of Santa Catarina. I will be discussing the linguistic/discursive competence of those involved in the process and the way the final narrative of REC is a special type of interaction in the legal context. One of the crucial characteristics of this narration is that it is produced in an oral mode and then transferred to a written mode. A further complicating factor is the use of two different linguistic systems: the source language (a foreign language) and the target language (Portuguese), which also contribute to the complexity of the process. This process requires therefore specific language skills from all the participants involved. This study analyses a corpus of sixteen RCEs. In theoretical terms, it combines two types of knowledge and methodologies: discourse studies and translation studies – more specifically, I will be using as theoretical tools for my discussion the works of Halliday (1978c, 2004c), Longacre (1996), Swales (1938), Reiss (2004), Vermeer (2004) and Nord (1991). The methodology is based on ethnographic techniques and the analysis will consider macro and micro structures. The final objective is to contribute to a better understanding of the process and to raise awareness of the problems encountered by the lack of linguistic skills of those involved in this legal situation.

Key-words: Occurrence Reporting (RO). Interaction. Narrative. Translation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama de Robert Longacre: four-way classification of Discourse types.	41
Figura 2 - Boletim de Ocorrência (BO).....	45
Figura 3 - Documento de informações principais/pessoais.....	61
Figura 4 - Texto fonte – <i>Depoente 1</i>	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Macro análise do <i>corpus</i>	33
Quadro 2 - Estruturação do texto narrativo	47
Quadro 3 - Significações da palavra inglesa <i>Legal</i>	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPTUR	– Delegacia de Proteção ao Turista
SPTUR	– Serviço de Proteção ao Turista
DEIC	– Diretoria Estadual de Investigação Criminal
DPGF	– Delegacia de Polícia da Grande Florianópolis
DIPC	– Diretoria de Investigação Criminal
RO	– Relato de Ocorrência
BO	– Boletim de Ocorrência
TF	– Texto Fonte
TA	– Texto Alvo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
CAPÍTULO I - INTRODUTÓRIO E NORTEADOR	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DPTUR.....	25
1.2 JUSTIFICATIVA.....	27
1.3 OBJETIVOS.....	29
1.3.1 Objetivo geral.....	29
1.3.2 Objetivos específicos.....	29
1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA.....	30
1.5 MÉTODOS E DADOS.....	30
1.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	34
1.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	36
CAPÍTULO II- SOBRE GÊNERO TEXTUAL, TIPO RETÓRICO E NARRATIVA	39
2.1 SOBRE GÊNERO TEXTUAL E TIPO RETÓRICO.....	39
2.1.1 Boletim de Ocorrência (BO) versus Relato de Ocorrência (RO).....	41
2.2 NARRATIVA.....	46
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	57
CAPÍTULO III- SOBRE TRADUÇÃO	59
3.1 TRADUÇÃO.....	59
3.2 TRADUÇÃO JURÍDICA.....	62
3.3 TRADUÇÃO FUNCIONALISTA.....	65
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	74
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
4.1.1 Limitações do trabalho e sugestões para futuras pesquisas....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética – Plataforma Brasil.....	85
Anexo 2 – TCLE.....	88
Anexo 3 – Autorização para a aplicação dos questionários.....	94
Anexo 4 - Declaração (minha) sobre o questionário.....	95
Anexo 5 – Questionário.....	96
Anexo 6 - Autorização para a coleta dos cinco depoimentos/ relatos escritos e/ou orais.....	99
Anexo 7 - Dezesseis (16) Relatos de Ocorrências selecionados para o <i>Corpus</i>	100

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo principal desta dissertação é o de investigar e analisar de que forma ocorre o processo comunicativo¹(narrativo e tradutório)em Relatos de Ocorrência (RO). Estes, são produzidos pelo/a agente de polícia responsável em situações envolvendo estrangeiros/as, falantes da língua inglesa, na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR), da Capital do Estado de Santa Catarina. Verificar-se-á também, através dos relatos escritos, a competência linguística e discursiva dos/as envolvidos/as no processo, bem como a maneira com que se apresenta a narrativa final produzida.

Antes de mais nada penso ser de extrema valia a contextualização do que chamo aqui de “estrangeiro/a”. Nesta dissertação, sempre que existir o termo “estrangeiro/a” estarei me referindo àquelas pessoas oriundas de outros países que se dirigem até a DPTUR em busca de auxílio para a resolução de algum problema do âmbito criminal (furto, roubo, perda de documentos). Esta delegacia atende a todas as pessoas falantes de outros idiomas que não seja a língua portuguesa (via de regra)². Porém, para este trabalho em específico, farão parte apenas àqueles que são falantes da língua inglesa³.

O RO em delegacias para turistas, um processo particular interativo entre policiais e turistas, é um exemplo de comunicação que acontece em um ambiente de conflito – o relato de um evento criminal. Este relato encontra-se no Boletim de Ocorrência (BO), que é o documento oficial produzido em todas as delegacias, especializadas ou não e, que será estudado/analísado no decorrer deste trabalho.

O relato de crime é (quase) sempre problemático, pois descreve uma situação em que há alguém desprovido/a, prejudicado/a, afetado/a e/ou incomodado/a. Quando participantes relatam um evento em uma situação formal, como em uma delegacia de polícia, esperam que haja alguma resolução para o problema. E para tal, o evento narrativo de RO é realizado.

Neste processo de comunicação existe um importante agravador: a transferência do modo oral (o depoimento do/a relatante para o/a agente policial) que será passado para o modo escrito. Um dado ainda

¹ Processo comunicativo é toda forma com que o/a estrangeiro/a se comunica, conta e/ou narra os fatos ocorridos em que esteve envolvido.

² A realidade atual é de atender qualquer ocorrência, mesmo sendo com brasileiros/as.

³ Os falantes de língua inglesa são todas aquelas pessoas que, nativos ou não, moram ou vieram de países cujo idioma é o inglês.

mais complicador é o uso de dois sistemas linguísticos diferentes: o inglês e o português, o que também contribui para que o trabalho seja ainda mais complexo e exija alguns requisitos, conhecimentos linguísticos e técnicos por quem o executa.

Apresentando-se sob uma estrutura narrativa, o que é dito em uma língua não necessariamente é realizado na forma escrita em uma outra/segunda língua, e alterações graves podem ocorrer. Por isto, numa situação de RO, em que são utilizadas línguas diferentes, há a necessidade de intérpretes/tradutores/as competentes (linguisticamente), para que esta transferência aconteça de forma funcional, eficiente e satisfatória. Assim, a atuação de profissionais capacitados para tal função é de extrema importância.

A transcrição/tradução do fato oral para o documento oficial, se realizada com alguns procedimentos ou com técnicas pré-determinada, produzirá um melhor resultado no final, fazendo com que seja possível a real compreensão do fato ocorrido e, conseqüentemente, um julgamento/encerramento correto do ocorrido. A produção final de uma narrativa precisa, desta forma, atender algumas especificidades da linguagem funcionalista⁴ para poder ser compreendida pelo receptor do texto.

A tradução, assim como a interpretação, se caracteriza e se estabelece como elo entre línguas e culturas diferentes. Portanto, faz-se necessário um processo adequado de transferência (e o equilíbrio) de línguas e de estruturas linguísticas, mantendo-se, conseqüentemente, a intencionalidade de conteúdo – o que o/a estrangeiro/a tentou falar, explicar, porém não obtendo o sucesso desejado. Para tanto, o uso da base teórica funcionalista (tanto no plano da linguística como no plano da tradução) far-se-á presente nesta dissertação. Assim, haverá suporte e estrutura sólida para uma futura (se possível) utilização na prática.

Através de pesquisas preliminares, constatei que a atuação dos profissionais da DPTUR referente às tarefas acima mencionadas ainda não acontece de maneira eficaz, já que os/as mesmos/as parecem não ter treinamento lingüístico (narrativo e tradutório) para exercer tais funções.

Para realizar esta dissertação, os primeiros passos foram os de pesquisar as delegacias dos municípios do Sul do Estado⁵. Durante conversas informais sobre ocorrências com estrangeiros/as nesses

⁴ No âmbito lingüístico, o estudo será baseado na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e no âmbito tradutório, será baseada na Teoria Funcionalista da Tradução.

⁵ Delegacias dos municípios do Sul do Estado (Criciúma, Urussanga e Cocal do Sul). Esta escolha ocorreu por ser a região onde meus pais residem.

ambientes policiais, obtive a informação de que no surgimento de alguma ocorrência na qual não era possível compreender a língua utilizada pela vítima, as autoridades competentes encaminhavam estas pessoas até a delegacia especializada na Capital – Florianópolis. Esse, então, foi o momento em que percebi que tal estudo poderia ser desenvolvido aqui, diretamente no estabelecimento onde os turistas teriam uma atenção direcionada – já que a delegacia é intitulada “especializada em turistas”.

Assim, a fim de obter os primeiros dados, iniciei as investigações sobre a DPTUR. Passados alguns dias, dirigi-me até a delegacia para uma simples conversa, a fim de obter breves informações, como:

- a) a nacionalidade dos estrangeiros que procuravam tais serviços;
- b) quem eram as pessoas responsáveis por fazer as traduções;
- c) como eram realizados os procedimentos comunicativos, e;
- d) com que frequência tais ocorrências aconteciam.

Minha hipótese era a de que, sendo uma delegacia especializada, a maioria das informações seriam obtidas com sucesso. Porém a realidade encontrada foi diferente. A delegacia não possuía uma só pessoa capaz de falar o idioma inglês, e no momento em que perguntei como eram realizados os procedimentos com estrangeiros/as, a resposta obtida foi:

- Nada acontece moça, se eles não conseguirem se comunicar, a gente tem que dar um jeito e resolver através de gestos ou de anotações que o próprio estrangeiro escreve em um papel.

Minha expectativa de que existisse um trabalho especializado em receber/atender os/as turistas infelizmente não se confirmou.

Para aprofundar-me mais neste contexto, até então desconhecido, foram obtidas autorizações com o Delegado Geral para a realização desta presente investigação. Um questionário foi desenvolvido (e aplicado) para que eu pudesse obter as principais informações, já que, na realidade, as funções esperadas não eram realizadas de acordo com as necessidades de uma delegacia de policia civil, que possui o título de especializada em receber turistas.

Desta forma, esta dissertação possui um duplo desdobramento:

- a) obter o conhecimento de como se desenvolve a interação com os/as estrangeiros/as em situações de crime nesta delegacia, bem como a produção do evento narrativo RO;
- b) na conclusão deste trabalho, compartilhar com os/as agentes envolvidos meus

resultados, e possivelmente sugerir estratégias para que a DPTUR funcione mais adequadamente, conforme obrigação civil, já que é um órgão público do Governo do Estado e que deve prestar serviços adequados para todos/as os/as cidadãos/ãs (estrangeiros/as ou não).

Posteriormente, pretendo ainda dar um suporte teórico e prático à DPTUR, quando necessário, e se de interesse da instituição, conforme as respostas e situações obtidas ao longo da pesquisa.

No intuito de obter os dados acima mencionados, organizo a presente dissertação em quatro capítulos. Vale pontuar, neste momento, que analisar teoria e prática interligadas é um modo de melhor contextualizar o assunto. Desta forma, organizei o trabalho da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta a contextualização da DPTUR, a justificativa, os objetivos, as perguntas de pesquisa, os métodos e dados, e a contextualização dos questionários com alguns dados reais e institucionais obtidos.

O segundo é baseado em informações sobre os Boletins de Ocorrências (BO) e os Relatos de Ocorrências (RO), como também a diferenciação entre gênero e tipo textual.

O terceiro é composto pelos Estudos da Tradução (no contexto jurídico e funcionalista).

O quarto e último capítulo, compõe-se do fechamento (considerações finais) desta dissertação.

CAPÍTULO I

INTRODUTÓRIO E NORTEADOR

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DPTUR

A Delegacia de Proteção ao Turista foi criada no ano de 2003. Sua função é a de dar uma atenção especial às/aos turistas estrangeiros/as que se encontram em nossa cidade e nosso Estado.

Localizada anexa a Rodoviária Municipal, a DPTUR era, quando seus trabalhos foram iniciados, subordinada à Diretoria Estadual de Investigação Criminal –DEIC da cidade de São José e, hoje, é subordinada à Delegacia de Polícia da Grande Florianópolis – DPGF e é composta, atualmente, por cinco funcionários. Em um primeiro momento, decidiu-se alocar a DPTUR com subordinação à DEIC, na cidade de São José, SC, e estabeleceu-se desde então uma nova postura de atenção da Polícia Civil para com o/a turista, principalmente os/as estrangeiros/as, que visitavam o Estado.

O decreto de sua criação (número 1.252⁶ de 17 de dezembro de 2003) afirma que: “Cria a Delegacia de Proteção ao Turista – DPTUR, bem como o Serviço de Proteção ao Turista – SPTUR, e estabelece outras providências”.

O Art. 2º deste decreto, trata assim de suas competências:

- I– a prevenção, a repressão e a apuração de crimes e de contravenções praticadas contra turistas;
- II- a manutenção de estreito relacionamento com:
 - a) a Polícia Federal, a Receita Federal, o Procon, a Embratur e a Santur;
 - b) as Autoridades Consulares com representação diplomática no Estado;
 - c) as Associação de Agências de Viagens e Turismo, os hotéis e as casas de câmbio, bem como com as demais entidades ligadas ao turismo.
- III – a orientação e o imediato auxílio, por seus próprios meios ou acionando outros órgãos, aos turistas que necessitarem de atendimento policial;

⁶ Decreto Nº 1.252, de 17 de dezembro de 2003. Publicado em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso em: 18 set. 2014.

IV – a coleta de informações sobre atividades e fatos cuja prevenção e repressão sejam legalmente previstos;

V – o atendimento das requisições emanadas de autoridade competente, nos termos da legislação em vigor;

VI – a expedição de orientações e regulamentações sobre a atuação do Serviço de Proteção ao Turista – SPTUR.

Conforme o Código de Processo Penal (CPP), Artigo 223⁷, é obrigatório, em casos de estrangeiros/as que não tenham conhecimento de língua portuguesa, a presença de um/a intérprete.

A disponibilidade de uma pessoa capacitada e especializada em linguagem torna o processo linguístico um ato mais confiável e seguro. Isto porque, não é responsabilidade do/da policial saber falar um outro idioma. Este/a precisa conhecer, em sua totalidade, os trâmites do contexto jurídico. Desta forma, torna-se de extrema importância (além de ser algo determinado em lei) a presença de um/a tradutor/a e/ou intérprete especializado nessas situações. O/a tradutor/a sim é a pessoa responsável por desenvolver um texto de qualidade em duas ou mais línguas.

E, esta é uma situação que atualmente não acontece na DPTUR. Sob relatos informais e busca por maiores informações sobre o funcionamento da delegacia, obtive as informações de que, no início, tudo funcionava perfeitamente. A DPTUR servia como apoio (proteção, realmente) aos/às turistas que não falavam a língua portuguesa. Quando surgia uma ocorrência, qualquer delegacia, da Grande Florianópolis, entrava em contato com a DPTUR que, com uma viatura, se deslocava até o posto policial onde aguardavam tais turistas. Esse deslocamento por parte dos policiais ocorria pelo fato de que o/a turista, sem conhecer bem a cidade, não precisaria – sob condições de ter passado por algum tipo de crime dentro de poucas horas ou então no dia seguinte – se deslocar até o centro de Florianópolis. Tudo era feito para que existisse conforto para os/às turistas. Os policiais capacitados linguisticamente, então, realizavam o RO e ajudavam o/a turista com o que ele/ela precisasse, a partir daquele momento (pois muitos/as precisavam de

⁷Art. 223: Quando a testemunha não conhecer a língua nacional, será nomeado intérprete para traduzir as perguntas e respostas. Publicado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm> Acesso em: 01 de outubro de 2014.

alguns pertences que haviam sido roubados ou então estavam emocionalmente abalados/as).

De acordo com José Carlos Ramos de Oliveira⁸, funcionário da Delegacia de Polícia da Grande Florianópolis (DPGF), foi realizada uma aproximação maior com os diversos corpos consulares instalados na Capital, como a Polícia Federal, Embratur, Procon, Receita Federal, entre outros. Um dos motivos desta aproximação foi o de colher informações exatas da data da entrada e data de saída e de problemas ocorridos com os/as turistas.

Conforme informações cedidas pela Diretoria de Inteligência da Polícia Civil – DIPC, no setor de Estatísticas, foram os seguintes os números totais de crimes que ocorreram envolvendo estrangeiros/as no Estado de Santa Catarina, em todas as delegacias de Polícia Civil, desde o ano de 2011 até 2013:

- a) No ano de 2011 foram 3.193 casos;
- b) No ano de 2012 foram 2.782 casos;
- c) No ano de 2013 foram 2.666 casos.

Totalizando, neste período, 8.641 casos envolvendo estrangeiros/as no Estado de SC.

Este número significativo aponta para a necessidade de mais pesquisas nesta área – daí minha proposta de investigação.

1.2 JUSTIFICATIVA

É através da linguagem que ocorrem as trocas de informações, sejam elas na forma escrita e/ou falada. As palavras podem possuir graus de registros bastante diferentes, ou seja, a mesma palavra pode possuir força e efeito diferentes em determinadas situações, conforme o modo com que é falada/escrita e o contexto em que está inserida. E, desta maneira, obter diferentes resultados (e/ou consequências) diante dos fatos e/ou situações. Se a comunicação (nas delegacias) não for realizada de forma coerente e coesa, a compreensão de qualquer assunto pode ser problemática.

Esse “registro” (ou graus de registros a que me referi no parágrafo acima), de acordo com Halliday (1978c), varia conforme o tipo de cada situação linguística. E os tipos de situações diferem bastante uns dos outros, podendo variar o significado e a forma, conforme cada uma delas. “A noção de registro é ao mesmo tempo

⁸ Funcionário selecionado e autorizado pelo Delegado responsável Dr. Juarez de Souza Medeiros, autoridade máximo na Delegacia.

muito simples e muito poderosa. Refere-se ao fato de que a linguagem que falamos ou escrevemos varia de acordo com o tipo de situação⁹” (HALLIDAY, 1978c, p.31-32).

Ainda de acordo com Halliday, precisamos saber/conhecer o contexto da situação e também os elementos que o influenciam, sendo eles: o campo discursivo, a relação discursiva e o modo discursivo¹⁰. Este modo discursivo é o que justifica a minha afirmativa de que “as palavras possuem graus de registro bastante diferentes”, pois representa o papel que a palavra exerce na interação.

Os Ros que serão analisados neste trabalho também variam conforme cada situação diária de ocorrência. Sendo este, então, o modo comunicativo pelo qual os/as agentes do processo jurídico e turistas interagem. Tem como característica principal ser um texto narrativo, onde o/a depoente narra oralmente algum fato problemático ocorrido. Este fato será registrado, na forma escrita, por algum/a agente do poder judiciário com a finalidade de ser resolvido. Se, em língua portuguesa já é preciso um certo grau de atenção e conhecimento, o RO envolvendo pessoas estrangeiras torna-se mais complexo e exige um nível maior de cuidado, atenção e dedicação. Se não for realizado atentamente (pelo/a policial), as consequências institucionais e sociais podem ser significativas. Até porque as pessoas responsáveis pelo julgamento são especialistas no Direito e não na Linguagem.

Como não há registro de nenhum outro trabalho abrangendo o processo comunicativo de RO em delegacias civis, com olhar focado no/a cidadão/ã estrangeiro/a, e sabendo da falta de atuação de profissionais capacitados em Letras nesta prática social, justifico assim este trabalho, pois é de extrema importância que uma análise detalhada seja desenvolvida nestes contextos jurídicos. Esta pesquisa tem assim um teor inédito.

As implicações encontradas serão apresentadas aos/as responsáveis gerais da Polícia Civil bem como da DPTUR, com o intuito de informá-los/las e eventualmente influenciá-los/las a mudarem possíveis práticas que possam estar causando algum prejuízo linguístico e tradutório aos Boletins de Ocorrências (BO), mais especificamente a parte aqui analisada – as narrativas e as traduções presentes na sessão “Relato de Ocorrência” (RO). Pretendo assim contribuir tanto em

⁹ The notion of register is at once very simple and very powerful. It refers to the fact that the language we speak or write varies according to the type of situation. (tradução minha)

¹⁰ ‘Field of discourse’, ‘Tenor of discourse’ and ‘Mode of discourse’ (tradução minha) (HALLIDAY, 1978c, p.33).

termos teóricos quanto práticos para uma nova análise discursiva de um tipo de interação que ainda não é explorada no Brasil – a narrativa de estrangeiros/as em delegacias civis especializadas em atendê-los. Por limitações de tempo e competência, investigo somente as interações desenvolvidas nas línguas portuguesa e inglesa, apenas no modo escrito.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral é o investigar e analisar de que forma ocorre o processo comunicativo (narrativo e tradutório) em Relato de Ocorrência (RO) produzido pelo/a agente de polícia responsável, em situações envolvendo estrangeiros/as, na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da Capital do Estado de Santa Catarina. Serão todos falantes da língua inglesa e verificar-se-á a competência linguística/discursiva dos/as envolvidos/as no processo, bem como a maneira com que se apresenta a narrativa final produzida.

1.3.2 Objetivos específicos

Serão estes os objetivos específicos desta dissertação:

- a) Identificar o/a profissional que toma o depoimento e sua competência linguística, investigando assim se este/esta profissional tem treinamento em duas diferentes línguas para desenvolver o processo comunicativo dos ROs, com cidadãos/ãs estrangeiros/as;
- b) analisar as técnicas específicas para a coleta do relato na transferência das línguas e as estratégias de tradução utilizadas nos ROs;
- c) investigar como a sequência do evento comunicativo (narrativo e tradutório) é feita (ditada, transcrita manualmente, etc...);
- d) avaliar se a linguagem descrita no documento final está apta e corresponde funcionalmente ao fato ocorrido, para dar continuidade ao processo jurídico.

1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA

Esta dissertação é um estudo de caso para o qual são levantadas algumas perguntas de pesquisa, que norteiam o bom desenvolvimento do trabalho. Assim, questiona-se:

- a) De que forma o/a depoente estrangeiro/a narra os fatos em que esteve envolvido/a?
- b) De que maneira ou com que características as estratégias de tradução são utilizadas no processo comunicativo de RO?
- c) Quantas pessoas estão envolvidas neste processo, qual sua capacitação lingüística e quais as suas atribuições?

As situações discursivas que podem ocorrer são:

- a) se o/a turista utilizar a língua inglesa, caberá ao/a escrivão/ã, em primeiro lugar, traduzir o relato oral para uma forma escrita e concomitantemente da língua inglesa para a língua portuguesa (tradução interlingual);
- b) se o/a depoente apresentar os fatos em língua portuguesa, oralmente, o/a policial responsável registra os fatos da forma oral para a forma escrita (tradução intralingual).

Independente da forma escolhida pelo/a depoente, é sempre válido lembrar que não há a informação da competência lingüística que possui esse/a estrangeiro/a. Assim, torna-se muito mais importante a ação consciente do/a policial, que tem função de mediação comunicativa (lingüística e tradutória). A tomada de RO, como veremos no decorrer da dissertação, é, todavia, mais complexa do que poderíamos imaginar.

Por estes processos discursivos serem extremamente complicados e, se as pessoas envolvidas não forem capacitadas linguisticamente o suficiente para compreender o fato ocorrido em sua totalidade (em ambas as línguas), há a possibilidade de ocorrer uma interpretação errônea dos acontecimentos. Se o RO for feito sem conhecimento adequado das línguas envolvidas no processo comunicativo, posteriormente, quando investigado, o fato estará exposto a interpretações/entendimentos distorcidos. E isto certamente é um grande problema nos processos policiais e judiciários, que precisa ser avaliado para uma posterior mudança da prática textual discursiva.

1.5 MÉTODOS E DADOS

Esta é uma pesquisa que une diferentes áreas interdisciplinar e visando analisar paralelamente o mesmo texto: RO com base no *corpus* coletado.

O projeto deste trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de ética, através da Plataforma Brasil, número CCAE:42155015.9.0000.0121.

A metodologia é bibliográfica, baseada em técnicas de etnografia e tradução. Optou-se por unir o que grandes estudiosos e teóricos abordam sobre o assunto com a prática encontrada na DPTUR, no mesmo capítulo, por acreditar que a contextualização se torna mais clara e coesa. Assim, a dissertação está dividida em quatro momentos:

Macro análise:

- a) Entrevistas com o setor administrativo da Polícia Civil;
- b) Aplicação de um questionário com os funcionários na/da DPTUR.

Micro análise:

- c) O Embasamento teórico de alguns conceitos básicos sobre linguagem e também sobre narrativa será aplicado à análise da primeira parte do *corpus* selecionado, contendo quatorze(14) relatos escritos e apenas em língua portuguesa. Este conteúdo, encontra-se no Capítulo II desta dissertação.
- d) O embasamento teórico sobre tradução jurídica e tradução funcionalista será utilizado na segunda e última análise do *corpus*(dois relatos). O primeiro destes relatos foi produzido através de uma pequena descrição feita pelo próprio estrangeiro, dos itens perdidos. Já o segundo foi digitado pela própria depoente e, em seguida, traduzido por um software *online* e colado no documento (BO). Esta análise encontra-se no Capítulo III desta dissertação.

Optei por abordar primeiro o conteúdo sobre linguagem (Capítulo II), pois, para que a tradução (Capítulo III) possa ser analisada/estudada, conceitos fundamentais sobre a linguagem precisam ser discutidos.

Como primeiro critério deste estudo e para a obtenção de números relevantes, foram realizadas reuniões para melhor conhecimento de como funciona o sistema policial e, com a ajuda do setor de Inteligência, foram levantados todos os casos de RO ocorridos ao longo dos anos 2009 e 2014 envolvendo estrangeiros/as, na Grande Florianópolis (Biguaçu, Palhoça, São José e Florianópolis – Capital), que totalizaram a soma de 3.481 casos.

Em seguida, aplicou-se um questionário, mediante autorização, (II) aos/às funcionários/as da própria DPTUR para melhor entendimento de como funciona a instituição e quais os procedimentos frequentemente realizados. As respostas foram unidas e expostas na sessão

intitulada “1.6 Contextualização dos Questionários”.

Com o objetivo de obter resultados mais precisos, em seguida foi desenvolvida uma análise (III) através da coleta de quatorze (14)¹¹ ROs realizados com estrangeiros/as na DPTUR, que já fazem parte do *corpus*, entre os anos de 2009 até 2014. Estes relatos foram adquiridos através de uma busca no banco de dados da delegacia. Desta forma, não houve contato pessoal com nenhum/a depoente.

Os ROs coletados estão apresentados aqui, na forma escrita – digitados manualmente e na íntegra, para a realização da primeira análise linguística (análise interna) e permanecerão na forma que se apresentam nos documentos oficiais, mesmo que estejam em desacordo com regras normativas da Língua Portuguesa. A escolha pela digitação – e não um recorte da imagem do texto – foi por questão de espaço e por uma estética de apresentação clara e visível. Alguns destes relatos foram realizados por policiais que ainda estão em atividade, inclusive que responderam os questionários aplicados, porém outros são de policiais que já se afastaram da corporação.

Esses ROs são todos em língua portuguesa, pois conforme citado anteriormente, a delegacia não possui policiais capacitados/as em compreender uma segunda língua. Há uma exceção para os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, quando é realizada a operação chamada de “Operação Veraneio”, onde são contratados e/ou deslocados policiais civis capazes de atender linguisticamente a maior demanda de estrangeiros/as no Estado.

Desta forma, durante o restante do ano, os/as estrangeiros/as que se dirigem até a instalação da DPTUR devem falar o nosso idioma ou então encontrar/estar acompanhado de alguém conhecido que seja capaz de falar o português.

A seguir, foram reunidos e expostos os dados iniciais (dados gerais) dos 14 ROs coletados para a primeira análise, contendo as seguintes informações: a data em que o fato ocorreu, a data em que ele foi relatado, o país de origem do/a estrangeiro/a, o sexo e também o tipo do fato ocorrido.

¹¹ Este número de quatorze (14) boletins foi o número possível disponibilizado pela DPTUR para a primeira parte da análise.

Quadro 1 - Macro análise do *corpus*

	Data do Fato	Data da Comunicação	País de Origem	Idade	Sexo	Tipificação do Fato
1	01/01/09	01/01/09	Áustria	30 anos	Masculino	Roubo a transeunte ¹²
2	20/02/09	25/02/09	Holanda	26 anos	Masculino	Perda de documento/objetos
3	27/02/10	28/02/10	Inglaterra	22 anos	Masculino	Furto de aparelho celular
4	27/02/10	01/03/10	Estados Unidos	22 anos	Masculino	Perda de documento/objetos
5	16/02/10	20/02/10	Inglaterra	35 anos	Masculino	Furto em residência
6	27/02/11	27/02/11	Estados Unidos	32 anos	Masculino	Acidente de Trânsito
7	23/02/11	24/02/11	Austrália	22 anos	Feminino	Furto punguista ¹³
8	22/02/12	22/02/12	Estados Unidos	31 anos	Masculino	Dano
9	26/02/12	26/02/12	Inglaterra	20 anos	Masculino	Furto Punguista
10	23/02/13	25/02/13	Itália	42 anos	Masculino	Estelionato
11	24/02/13	28/02/13	Alemanha	38 anos	Masculino	Crimes eletrônicos (Lei 12.737/12)
12	01/01/14	01/01/14	Israel	31 anos	Feminino	Furto de eletroeletrônicos
13	31/01/14	31/01/14	Canadá	30 anos	Masculino	Fato atípico
14	xxxxx	26/02/14	Marrocos	23 anos	Masculino	Perda de documento/objetos

Conforme o quadro 1 é possível constatar que a “Data do fato” com a “Data da comunicação” das ocorrências são bastante próximas ou então no mesmo dia do fato ocorrido. O caso em que foi comunicado com um maior espaço de tempo foi o Caso 2 com uma diferença de 5 dias. Apenas uma das ocorrências não havia a data do fato informada, somente a data da comunicação.

Com relação ao “País de origem” dos/as estrangeiros/as é visível a diversidade de nacionalidades (apenas falantes de língua inglesa). Já as “Idades” variam dos 20 anos até 42 anos. O item “Sexo” é o que mais chama a atenção, pois dos 14 casos analisados, 12 são pessoas do sexo masculino, apenas 2 casos são de pessoas do sexo feminino. E neste

¹² Roubo (possui contato com a vítima).

¹³ Furto (sem contato com a vítima).

momento surge um estranhamento e uma dúvida: os homens estão mais vulneráveis a esses acontecimentos ou então são as mulheres que não se dirigem até as delegacias para denunciar? Por fim temos a “Tipificação dos fatos” que também são de diversos tipos/motivos.

Após a obtenção das informações através de:

- a) Entrevistas com o setor administrativo;
- b) aplicação do questionário;
- c) e o início da primeira análise foram desenvolvidos mais quatro tópicos que contemplam os aparatos teóricos estudados juntamente com a análise linguística do *corpus* selecionado, sendo eles:
 - A narrativa de Labov (1972).
 - Contexto jurídico.
 - Os/as participantes existentes/envolvidos/as no discurso.
 - As contribuições das traduções jurídica e funcionalista

Com a chegada da “Operação Veraneio” foram coletados apenas dois (02) relatos para a segunda e última parte da análise (IV). Sabe-se que outras ocorrências, em língua inglesa na DPTUR, foram realizadas/relatadas, porém não houve contato para que eu estivesse presente. Esse conhecimento foi obtido na busca de um *corpus* maior para este estudo. Assim, percebi que houve a demanda de turistas estrangeiros/as falantes da língua inglesa, porém não fui contatada.

Durante essas duas (02) ocorrências, foram coletados os relatos, da mesma maneira que ocorrem normalmente/diariamente. Minha presença em nada influenciou no processo e resultado¹⁴. Apenas pude constatar como se dá o processo de realização do BO. Essas ocorrências foram com pessoas estrangeiras, falantes de língua inglesa (nativos/as ou não), sem o auxílio de um/a intérprete/tradutor/a – o que vai contra a legislação do CPP, artigo 223, conforme já mencionado na página 19. Os documentos finais são, respectivamente: RO 15 e RO 16. Minha segunda e última análise linguística e tradutória, portanto, basear-se-á nesses dois relatos.

1.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Conforme mencionado na sessão anterior (1.5), o momento II desta dissertação foi a “Aplicação de um questionário na/da DPTUR”.

¹⁴ Minha presença em nada influenciou no processo e resultado, pois no momento da coleta o policial de plantão sugeriu que eu fizesse a tradução deste relato. Informei então que eu não poderia participar ativamente, me restringindo apenas a observar a situação.

E, nesta seção, serão contextualizadas as respostas obtidas nesta ação. A utilização de um questionário¹⁵ nesta pesquisa teve como propósito descobrir e entender de que forma se desenvolve/desenvolveu-se os trabalhos da delegacia. Nas primeiras idas até a DPTUR, percebi que não seria algo “fácil” descobrir/conhecer como tais procedimentos comunicativos linguísticos e tradutórios ocorriam. Havia um certo “estranhamento” com a minha presença e uma resistência em fornecer simples informações. Assim, desenvolvi um questionário com perguntas abertas, pois não possuía informações mínimas para desenvolver um questionário fechado, com perguntas de múltipla escolha.

Desta forma, as perguntas foram criadas em torno de dúvidas reais que surgiram desde o início do estudo e sobre o reconhecimento de ambiente (uma delegacia civil especializada em receber turistas estrangeiros/as). Algumas delas estavam relacionadas às capacidades linguísticas e tradutórias dos profissionais que ali estavam e outras propriamente aos/às estrangeiros/as que buscavam a ajuda da Polícia.

Algumas das 10 (dez) questões desenvolvidas neste questionário, estão:

- a) “Que tipo de contrato há entre a delegacia e os/as funcionários/as?”.
- b) “Se os/as funcionários/as possuem conhecimento de uma segunda língua/língua estrangeira”.
- c) “Quais as nacionalidades dos/as estrangeiros/as que buscam esse tipo de serviço?”.
- d) “Com que frequência há a tomada desses relatos?”.
- e) “Que tipos de crimes geralmente ocorrem?”.
- f) “Em que condições os relatos eram realizados?”, entre outras.

A DPTUR, conforme já citado na primeira sessão desta capítulo, conta com cinco policiais, sendo eles/as três concursados e duas funcionárias em regime de contratação (terceirização). A autorização obtida através do Delegado Geral autorizava/solicitava que os/as policiais respondessem ao questionário bem como a cooperação de todos/todas, para que esta fase do trabalho pudesse ser desenvolvida com qualidade. No entanto, uma das funcionárias, com o vínculo de contratação, se negou a responder. Não se pode afirmar ao certo qual o

¹⁵ É importante ressaltar aqui que no início de todo o estudo o conhecimento que se tinha era de que o termo utilizado para coletar os depoimentos dos turistas que se dirigiam até a DPTUR seria “Tomada de Depoimento” e assim, em todas as perguntas do questionário este foi o termo utilizado. Porém, com as respostas e a aproximação com a realidade, o que percebi foi que o termo utilizado é Relato de Ocorrência e, por isso, toda a pesquisa sofreu alteração para esta nova nomenclatura – Relato de Ocorrência (RO).

motivo desta recusa. Portanto, a contextualização terá como base os outros 4 (quatro) questionários respondidos.

Das respostas obtidas, as nacionalidades citadas, são: Ingleses, Argentinos, Americanos, Turcos, Marroquinos e Paraguaio. Os tipos de eventos mais relatados são relacionados a furtos, roubos e perdas/extravios de documentos.

Outra resposta obtida através da aplicação do questionário com os funcionários da DPTUR foi de que, atualmente, a delegacia não possui um/a funcionário/a especializado/a em uma língua estrangeira. Então, caso apareça algum/a estrangeiro/a que não consiga se comunicar, o/a funcionário/a da DPTUR procura alguém que fale esta língua, ou nas imediações da rodoviária ou então em algum consulado/órgão da cidade. Nessa procura não há a preocupação de encontrar alguém seja proficiente no idioma. O simples fato deste alguém ter morado em um outro país que fale o idioma estrangeiro em uso ou ter feito um cursinho de línguas já é o suficiente para que a DPTUR qualifique esta pessoa como “expert”. Este é um fato gravíssimo em relação ao bom desenvolvimento da interação comunicativa entre as partes envolvidas e suas consequências (textuais, sociais, práticas) podem ser danosas.

No contexto jurídico linguístico e tradutório, é preciso que o produtor textual, ou seja, a pessoa responsável pelo texto escrito, saiba e tenha consciência das particularidades das línguas em uso. Em uma situação ideal, haveria a necessidade da DPTUR, por ser uma delegacia especializada em turistas (estrangeiros/as ou não), buscar um/uma tradutor/a especializado em linguagem jurídica, já que para que ocorra uma tradução de qualidade no âmbito jurídico, particularidades precisam ser conhecidas/dominadas, como, por exemplo em casos reais, as nomenclaturas específicas – roubo a transeunte e furto punquista (caso 1 e caso 7 do quadro 1) – relacionadas ao tema crime/delegacia, entre tantas outras habilidades/competências relacionadas ao ato tradutório. Mas isto infelizmente ainda não acontece.

1.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo do presente capítulo foi introduzir e nortear o conteúdo desta dissertação. Assim, houve primeiramente a contextualização da situação existente da DPTUR e, posteriormente, a justificativa encontrada para tal estudo. Em seguida, uni os objetivos (geral e específicos) e as perguntas de pesquisa. Procurei esclarecer os métodos a serem utilizados durante todo o estudo e alguns dados já encontrados através da contextualização das respostas obtidas na

aplicação do questionário. A seguir, no Capítulo II, abordarei a questão do gênero/tipo retórico e a diferença que existe entre o BO e o RO.

CAPÍTULO II

SOBRE GÊNERO TEXTUAL, TIPO RETÓRICO E NARRATIVA

2.1 SOBRE GÊNERO TEXTUAL E TIPO RETÓRICO

Neste capítulo, o objetivo central é o de distinguir o que são: o Boletim de Ocorrência – BO (enquanto macro-gênero) e o Relato de Ocorrência – RO (enquanto tipo retórico), no momento da produção de um documento oficial. Nestes, particularidades linguísticas e tradutórias existem e precisam ser corretamente utilizadas. Além destas definições, será discutido também o conceito de “narrativa”.

Segundo Caldas-Coulthard (2008, p. 36), “Os gêneros textuais são formas de se usar a língua em relação a um tipo especial de atividade social. Através dos diferentes gêneros, as pessoas usam a língua para atingir metas culturalmente reconhecidas”

Também sobre gênero textual, Swales (1990c) afirma que: “Na verdade, hoje, gênero é facilmente usado para se referir a uma categoria distinta do discurso de qualquer tipo, falada ou escrita, com ou sem aspirações literárias”¹⁶(SWALES, 1990c, p. 33).

Ainda seguindo o pensamento de John Swales:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, os quais compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos principais membros qualificados da comunidade do discurso, e constituem, assim, a justificativa para o reconhecimento deste gênero. Esta justificativa molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado, como o que opera para manter o escopo de um gênero como, concebido aqui, estreitamente focado na ação retórica comparável. Além do propósito, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade

¹⁶Indeed today, *genre* is quite easily used to refer to a distinctive category of discourse of any type, spoken or written, with or without literary aspirations. (Tradução minha)

em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. (SWALES, 1990c, p. 58) Tradução minha.¹⁷

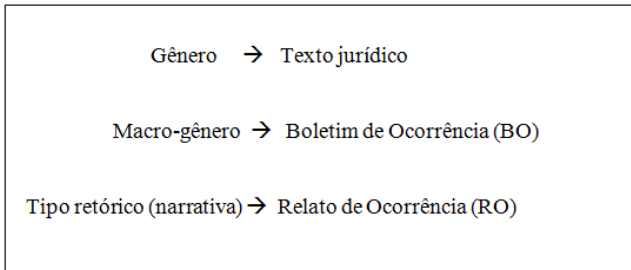
Assim, é possível afirmar que os diferentes gêneros textuais possuem padrões, estilos e conteúdos próprios e são formas categóricas de utilizar a língua (e os textos) para atingir um objetivo comunicativo. Como exemplos de gêneros discursivos, posso citar aqui os textos jurídicos. Por texto jurídico entende-se qualquer texto que pode se tornar uma evidência (qualquer uso da linguagem no contexto legal/jurídico que funcione como prova). Dentro deste grande grupo, existe uma subclasse, que nominarei de macro-gênero. O Boletim de Ocorrências é um exemplo deste subgrupo (que será abordado logo abaixo). Assim, temos:

- a) Gênero textual → Texto jurídico
- b) Macro-gênero → Boletim de Ocorrência (BO)

Ainda, em se tratando de subclasses, inseridos no macro-gênero temos os tipos retóricos, que são: a narração, a descrição, a exposição, entre outros. Esses tipos, representam o modo com que a escrita se apresenta, ou seja:

- a) se o texto está na forma de uma estória ou;
- b) se foi desenvolvido de forma a descrever detalhes específicos ou expor fatos e;
- c) se o texto possui a função de persuadir seu leitor/receptor.

A título de exemplificação, temos:



¹⁷ A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience.

Quem iniciou e contribuiu significativamente para o estudo de tipos textuais foi Longacre (1996), que sugere uma tipologia textual. Para ele, textos podem ser classificados como: Narrative (narrativo), Procedural (procedimental), Behavioral (persuasivo) e Expository (expositivo), conforme é possível perceber na Figura 1.

Figura 1- Diagrama de Robert Longacre: four-way classification of Discourse types.

		+Ag-Orientation	-Ag-Orientation	
+	C S	NARRATIVE	PROCEDURAL	+Proj.
	O U	Prophecy	How-to-do-it	
	N C			Story
	T E	-Proj.		
-	I E	BEHAVIORAL	EXPOSITORY	+Proj.
	N S	Hortatory Promissory	Budget Proposal Futuristic Essay	
	G S			Eulogy
	E I	-Proj.		
	N O			
	T N			

Fonte: Longacre (1996, p. 10)

Os ROs que irei analisar nesta pesquisa, inserem-se na classificação “Narrativa”, já que é através do recontar de acontecimentos que o fato relatado pelo/a depoente é representado linguisticamente.

2.1.1 Boletim de Ocorrência (BO) versus Relato de Ocorrência (RO)

O BO (macro-gênero) é um documento/instrumento determinante e de extrema importância para o desfecho de um fato ocorrido, porém, muitas vezes, é pouco valorizado em relação às pessoas que o produzem. Talvez isto ocorra por não existir uma padronização e uma conscientização de como uma narrativa bem estruturada pode desvendar pontos obscuros diante de um acontecimento.

Existem poucos estudos no Brasil sobre a produção, elaboração e sobre a importância dos BOs e ROs. Não há, também, uma Lei que regularize o desenvolvimento deste documento oficial, apenas Leis que abordam o assunto e norteiam tal ação.

O BO é classificado como parte do Inquérito Policial e, desta forma, o Código de Processo Penal (CPP), Decreto-Lei 3.689 de 1941¹⁸, afirma que:

Título II

“DO INQUÉRITO POLICIAL”

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I - de ofício;

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º O requerimento a que se refere o no II conterà sempre que possível:

- a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;
- b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;
- c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

Já no site¹⁹ “Universo Policial”, o BO, para a Instituição Policial, pode ser definido como:

Via de regra, o BO é constituído de vários campos, principalmente descritivos, a fim de serem relacionados dados como qualificação dos

¹⁸Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 14 de maio de 2015.

¹⁹ Fonte: <http://www.universopolicial.com/2009/09/boletim-de-ocorrencia-policial.html>. Acesso em 13 de maio de 2015.

envolvidos, materiais apreendidos, integrantes da equipe policial, entres outros. O preenchimento desses campos é intuitivo, sem muita dificuldade. A coisa começa a se complicar no campo do histórico da ocorrência, onde o policial narra os fatos.

(...)

Recomenda-se que os fatos sejam narrados na seguinte ordem: 1. O acontecimento que gerou a ocorrência ou como ocorreu o empenho. 2. Circunstâncias com as quais o policial se deparou ao chegar ao local da ocorrência. 3. Providências policiais, devidamente fundamentadas e motivadas. 4. Desfecho da ocorrência.

(...)

No histórico do BO, deve-se relatar apenas o que é significativo, selecionar fatos relevantes e evitar que os acontecimentos se amontoem sem nenhum significado. Os dados que forem lançados em campos parametrizados precisam ser repetidos no histórico, exceto se forem importantes para a narrativa. O histórico de BO deve ser fiel à realidade, dando noção do lugar, circunstâncias e participação dos envolvidos. Deve narrar, de forma concisa e objetiva, todas as informações colhidas no local da intervenção policial, as quais terão valor inestimável nas investigações posteriores.

(...)

Enfim, um BO bem confeccionado é aquele que narra os acontecimentos de maneira ordenada, coerente, clara, concisa, precisa, objetiva e que resguarda as ações e providências adotadas pelos policiais explicitando os fundamentos de fato e de direito, estabelecendo uma lógica entre estes. (RICARDO, 2009).

Desta forma, comprova-se que no meio jurídico, a definição de um BO é bastante vaga e há a necessidade de uma normalização e de mais leis norteadoras que esclareçam para os/as atores envolvidos o que realmente é necessário para a produção deste tipo textual. Há também uma carência de estudos nesta área. Os próprios operadores do direito sentem que é na narrativa que “as dificuldades iniciam”, por isso o texto

narrativo precisa ser constituído de forma clara e precisa para a melhor leitura e utilização de tal documento.

A narrativa ou o relato dos eventos recontados por participantes do R.O (e onde “as dificuldades iniciam”) é o “tipo retórico” acima mencionada. No documento policial ela encontra-se localizada no “RELATO”. Este relato, então, possui as seguintes características:

- a) ocorre através de um ato narrativo;
- b) é o resultado da interação comunicativa entre os/as participantes(policiais e os/as depoentes estrangeiros/as) - via de regra,se inicia com o uso da linguagem oral e, em seguida, da linguagem escrita;
- c) tem a finalidade de fazer com que o evento narrado seja registrado para posterior solução e desfecho.

Na figura 2, trago o modelo de formulário utilizado pela DPTUR, para melhor visualização. É possível perceber que “Boletim de Ocorrência” funciona como Título do documento oficial. Já o RELATO é o local onde estará inserida a narrativa do/a depoente, classificada nesta dissertação com RO.

Figura 2 - Boletim de Ocorrência (BO)²⁰



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção ao Turista

Endereço: Av. Paulo Fontes Número: 1101 Bairro: Centro Telefone: 4836655723

Boletim de Ocorrência

REGISTRO: _____

COMUNICAÇÃO: _____

FATO

Data: _____ Hora: _____

Local do Fato _____

Detalhamento do Local: _____

Fato Comunicado _____

PARTICIPANTES

_____ anos) : (Comunicante (0))

Mãe: _____

Pai: _____

Dt. Nascimento: _____

Naturalidade: _____

RELATO

ASSINATURAS

Agente de Polícia Civil

Comunicante

²⁰ Existem outros tipos retóricos presentes no BO – porém o desta dissertação meu interesse é o de analisar de que forma ocorreu a narrativa e também descobrir em que língua ela foi utilizada (se a língua materna do/a estrangeiro ou sua língua estrangeira).

Esclarecidos os conceitos de BO como macro-gênero e RO como tipo retórico aplicados ao contexto da DPTUR, analiso, na próxima sessão, alguns conceitos básicos de narrativa e aplico estes conceitos no espaço determinado para o RELATO. São quatorze (14) ROs coletados, para a primeira parte da análise do *corpus*.

2.2 NARRATIVA

Longacre (1996) conforme mencionado na sessão anterior foi quem iniciou os estudos baseados nos tipos retóricos – sendo um deles, o tipo retórico narrativo. E, além dele, contribuíram também para este assunto os linguistas Labov e Waletzky (1967). Labov (1972) nos traz valiosas contribuições sobre importantes características da narrativa. Assim, para ele, narrativa é “um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de fatos que (inference) ocorreram de fato” (LABOV, 1972, p.359).

A representação de uma história pode ser realizada de diferentes maneiras, através de um discurso oral e/ou escrito. A história será, então, transmitida de uma pessoa para uma outra e só assim poderá ser comprovado que há uma interação comunicativa. Desta forma, para ocorrer o ato narrativo é preciso um/a emissor/a, um/a receptor/a e um código linguístico, gerando uma mensagem. A partir destes três componentes é que a narrativa é constituída.

A narrativa já constituída precisa ser bem estruturada para ser compreendida em sua totalidade. Neste sentido, Valverde (2013, p. 41) faz uma sugestão interessante sobre a estruturação do texto narrativo, independente do contexto – jurídico ou não, sendo descrita assim na próxima página:

Quadro 2 - Estruturação do texto narrativo

1º Parágrafo: explicar que fato será narrado. Determinar o tempo e o lugar: INTRODUÇÃO
2º Parágrafo: expor as causas do fato e apresentar as personagens: DESENVOLVIMENTO
3º Parágrafo: indicar como tudo aconteceu – detalhadamente: DESENVOLVIMENTO
4º Parágrafo: assinalar as consequências do fato: CONCLUSÃO

Toolan (1988, p.152) também contribuiu com o tema discorrendo sobre a evolução e o desenvolvimento da história da narrativa. Segundo Toolan e Labov (1972) desenvolveu seis categorias discursivas que dão conta dos principais elementos que devem constituir uma narrativa completa – clara, coerente e coesa, sendo elas:

- a) Resumo – qual o assunto da história?
- b) Orientação – quem, quando, o quê, onde?
- c) Ação complicadora – o que aconteceu?
- d) Avaliação – qual o grau de importância do que aconteceu?
- e) Resultado – finalmente, o que aconteceu?
- f) Coda – momento explícito de final da narrativa.

De forma geral, as narrativas, bem formadas, precisam de todas as categorias acima mencionadas para se realizarem. Entretanto, na realidade nem sempre estas categoriais são encontradas. Assim, cada situação (que surgir para determinada ocorrência linguística) deve ser estudada conforme seu uso real. A estrutura narrativa poderá ser melhor compreendida na análise dos quatorze (14) ROs selecionados, que fazem parte do *corpus*:

Análise e aplicação do *corpus*²¹ segundo o modelo de Labov (1972):

²¹ Lembrando que estes relatos encontram-se digitados igualmente no documento oficial, mesmo que estejam em desacordo com às regras da língua portuguesa.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 1	
Relata o comunicante que encontrava-se na praia de Jurerê, em frente ao Restaurante XXX (informação ocultada), quando foi agredido no rosto por dois rapazes, sendo um branco, com boné de beisebol e outro negro, com idade aparente de 18 anos e lhe roubaram um relógio de marca Jetset e uma câmara digital, marca Sony T100. Era o registro.	
MODELO DE LABOV (1972)	
Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	Agressão realizada por dois rapazes (um branco e um negro) com aparência de 18 anos contra o comunicante, seguido de roubo de seus pertences, na praia de Jurerê, mais especificamente em frente ao restaurante XXX.
Orientação	*Quem: Dois rapazes e uma vítima. *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do documento, intitulado <u>Data do fato</u> . *O que: Agressão no rosto e roubo de relógio e câmara digital. *Onde: Praia de Jurerê, em frente ao restaurante XXX.
Ação complicadora	Agressão e roubo.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Houve agressão de dois rapazes contra um turista estrangeiro e após essa agressão os rapazes levaram relógio e câmara digital do turista.
Coda	Era o registro.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 2	
Relata a Vítima que extraviou sua passagem da empresa XXX (informação ocultada), com destino a Buenos Aires, com saída no dia 25.02.2009, do Terminal Rita Maria, às 10:15 hrs, poltrona n 10.	
MODELO DE LABOV (1972)	
Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	A vítima comunica o extravio de sua passagem com destino a Buenos Aires, com informações específicas como: local de saída, data, horário e poltrona.
Orientação	*Quem: a própria vítima. *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do documento, intitulado <u>Data do fato</u> . *O que: extravio de passagem da empresa XXX. *Onde: inexistente
Ação complicadora	Extravio de passagem pela própria vítima.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Inexistente
Coda	Inexistente

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 3	
Relata-nos que furtaram seu aparelho apple i-phone Black (IMEI XXXXX – IMEI ocultado) no bar de nome secreto no bairro pinheiros em São Paulo - SP, informa ainda que vai ficar em santa catarina até o dia 04 de fevereiro de 2010 no endereço Av. XXX (informação ocultada) - praia XXX - sul da ilha/SC. é o registro.	
MODELO DE LABOV (1972)	
Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	O relatante afirmou que furtaram seu aparelho celular de marca especificada na cidade de São Paulo, porém só relatou o crime aqui em Santa Catarina, onde estaria hospedado por mais alguns dias.
Orientação	*Quem: a própria vítima. *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do documento, intitulado <u>Data do fato</u> . *O que: furto de um aparelho celular Iphone da marca apple. *Onde: cidade de São Paulo, bar de nome não informado.
Ação complicadora	Furto de um aparelho celular em outra cidade (São Paulo).
Avaliação	Inexistente
Resultados	Houve um furto em uma cidade diferente daquela na qual o RO foi realizado e o relatante aguarda resultado da Polícia de SC para finalizar o processo.
Coda	É o registro.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 4	
Conta-nos o Sr. XXX (nome ocultado), com carteira de identidade n XXXX Chilena, que extraviou sua passagem de ônibus da empresa XXX (informação ocultada), com destino Florianópolis/Porto Alegre, com partida as 12:45h do dia de hoje (01-03-2010).	
MODELO DE LABOV (1972)	
Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	O próprio relatante de nome especificado no RO acima conta que extraviou a própria passagem de ônibus da empresa X, de itinerário Florianópolis/Porto Alegre, com data e horário também especificados.
Orientação	*Quem: a própria vítima. *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do documento, intitulado <u>Data do fato</u> . *O que: extravio de passagem de ônibus. *Onde: inexistente
Ação complicadora	Extravio de passagem pela própria vítima.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Inexistente
Coda	Inexistente

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 6

Relata que estava saindo do semáforo fechado na referida via conduzindo o veículo VW Gol locado pela Empresa X (nome ocultado), quando um veículo Ford Fiesta que vinha de trás, no mesmo sentido e em alta velocidade colidiu com a lateral do veículo do comunicante, causando avarias no pára-choque e pára-lamas do lado esquerdo dianteiro. Que o condutor do Fiesta evadiu-se do local em seguida, porém o declarante e sua esposa anotaram a placa, sendo esta XXX-0000 (placa ocultada).

MODELO DE LABOV (1972)

Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	Colisão de dois carros, sendo o que o carro que bateu em alta velocidade saiu do local sem prestar preocupar-se com os danos causados. Porém, a placa deste veículo foi anotada.
Orientação	*Quem: A vítima e sua esposa *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do BO, intitulado <u>Data do fato.</u> *O que: Colisão de dois veículos *Onde?: Na referida via, indicada na sessão descritiva do BO.
Ação complicadora	Colisão de dois carros, com avarias e sem prestação de ajuda, por parte de um deles.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Inexistente
Coda	Inexistente

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 7

Relata que estava no interior de um bar na Lagoa da Conceição, quando percebeu que sua bolsa estava aberta. Que percebeu que havia sido subtraída, uma camera digital de Marca Sony Cybershot, de cor preta com prata.

MODELO DA NARRATIVA (1972)

Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	Furto de uma câmera digital da marca especificada em um bar na Lagoa da Conceição, Florianópolis.
Orientação	*Quem: a vítima *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do BO, intitulado <u>Data do fato.</u> *O que: Furto de pertences de dentro da bolsa da vítima *Onde?: Em um bar na Lagoa da Conceição.
Ação complicadora	Furto, sem identificação de qualquer pessoa como responsável por tal ação.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Inexistente
Coda	Inexistente

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 8	
Relata o comunicante que estava transitando com o veículo BORA de placa XXX- 0000 (placa ocultada), pela Av. Beiramar Norte, quando nas proximidades da Universidade UFSC, uma máquina roçadeira da empresa XXXX (informação ocultada) estava em funcionamento, momento em que saltou no seu veículo uma pedra, quebrando o janela lateral esquerdo dianteiro.	
MODELO DE LABOV (1972)	
Parte da Narrativa	Descrição
Resumo	Enquanto o veículo especificado acima transitava em uma avenida da cidade, houve a quebra do vidro lateral esquerdo dianteiro. A causa foi uma empresa estar trabalhando no local, havendo assim, o dano material.
Orientação	*Quem: A vítima *Quando: inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do BO, intitulado <u>Data do fato</u> . *O que: Quebra do vidro lateral esquerdo dianteiro com uma pedra. *Onde: Av. Beira Mar Norte, nas proximidades da Universidade UFSC.
Ação complicadora	A quebra do vidro lateral esquerdo dianteiro.
Avaliação	Inexistente
Resultados	Inexistente
Coda	Inexistente

Nestes casos acima analisados foi possível perceber que as narrativas estão incompletas, pois as categorias do modelo de Labov não estão completamente desenvolvidas e, desta forma, acabam não sendo devidamente exploradas. Como consequência, há perdas no processo de compreensão do ocorrido.

Dando continuidade a aplicação da teoria ao *corpus*, segue uma análise com base nos participantes envolvidos em mais três (03) ROs.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 9
Relata o comunicante que foram acionados pelo Copom, informado sobre um furto ocorrido no interior do (local ocultado), no Bairro Jurere Internacional; Que, deslocaram-se até o local, onde foi verificado que os seguranças do (local ocultado), estavam com o indivíduo que havia furtado uma bolsa de uma frequentadora do referido local; Que, a vítima estava no local aguardando a polícia para os procedimentos administrativos cabíveis.
PARTICIPANTES
Comunicante que relatou o caso (vítima)
Copom (funcionário/a atendente)
Seguranças do P12
Indivíduo que havia furtado uma bolsa
Polícia

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 10
O relatante vem por meio deste comunicar a clonagem do seu cartão de crédito do Banco X, bandeira X, conta XXXXXXXX, cartão: XXXXX, como consequência desta clonagem foram feitos 3 saques no dia 23/02/2013, nos valores de: 1 – R\$350,00; 2 – R\$350,00; 3 – 300,00. A ultima vez que o cartão foi utilizado pelo cliente foi em Curitiba, dia 10/02/2013 às 13:56, no valor de R\$800,00. O relatante encontra-se hospedado na residência de (nome ocultado), na rua: (informações ocultadas), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Assim fica dito o relato.
PARTICIPANTES
Relatante, dono do cartão de crédito (vítima).
Dona do imóvel onde se encontra hospedado o turista.
Pessoa desconhecida que clonou o cartão
Polícia

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 11
Relata-nos o comunicante ser vítima de clonagem de seu cartão de credito MAESTRO CARD do banco XXXXXXXX, na cidade de Foz do Iguaçu/PR., em um caixa eletrônico do Banco Bradesco, sendo sacado posteriormente de sua conta a quantia de 910 euros aproximadamente R\$2.400,00 reais, fato ocorrido na data de 23/02/2013.
PARTICIPANTES
Comunicante (vítima)
Polícia
Pessoa desconhecida que clonou o cartão

No que tange o assunto “participantes” há uma diferença bastante significativa, já que no Caso 9 houve a presença de seis participantes, no Caso 10 foram apenas 3 e, menor ainda, foi o número de envolvidos no Caso 11, sendo apenas dois participantes (que é o mínimo, já que o/a comunicante narra o fato para algum/a policial, funcionário/a da delegacia).

A existência de um número maior de participantes (como testemunhas), no momento do fato ocorrido, faz com que exista uma melhor comprovação sobre a veracidade do fato (já que cada depoente pode contar sua versão, conforme melhor lhe convém). Assim, unindo os diferentes depoimentos sobre o mesmo fato, uma comprovação mais precisa/exata pode ocorrer.

Além das características do modelo proposto por Labov (1972) e da análise realizada sobre os participantes, adiciono mais um tópico à aplicação da análise do *corpus* selecionado: o contexto jurídico. Nele, são observados pontos específicos da narrativa, também entendidos como “informações necessárias, no mundo jurídico, aquelas que identificam” (VALVERDE, 2013, p.58):

- a) O fato jurídico;
- b) as partes envolvidas no conflito;
- c) onde o fato ocorreu;
- d) quando ocorreu;
- e) sua causa;
- f) como ele ocorreu.

A seguir, investigo o contexto jurídico em outros três (03) ROs coletados no *corpus*:

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 12	
Relata a comunicante que na madrugada de hoje, pelas 02h, durante festa de Revellion na praia do rosa, na cidade de Imbituba/SC, teve furtada do interior de sua bolsa uma câmera fotográfica da marca Canon, modelo powershot SX288 HS; QUE, segundo a comunicante a câmera custa em valor convertido para o sistema monetário brasileiro, aproximadamente R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais), necessitando a comunicante do registro policial, para fins de acionar seguro na cidade de Jerusalém, no país Israel; QUE, não possui suspeitos do furto. É o Relato.	
CONTEXTO JURÍDICO	
O fato jurídico	Furto do interior da bolsa de uma câmera fotográfica da marca Canon, modelo powershot SX288 HS.
As partes envolvidas no conflito	A comunicante A pessoa que furtou a câmera
Onde o fato ocorreu	Praia do Rosa, na cidade de Imbituba/SC.
Quando ocorreu	Durante uma festa de Revellion, por volta de 2h da manhã.
Sua causa	Inexistente
Como ele ocorreu	Não há informações suficientes para identificar como ocorreu o furto, a vítima percebeu apenas após o ocorrido.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 13	
RELATA NOS O COMUNICANTE QUE PRECISA VIAJAR MAS ESQUECEU SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE EM SUA RESIDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO. ERA O RELATO.	
CONTEXTO JURÍDICO	
O fato jurídico	Falta/esquecimento de documento da carteira de identidade
As partes envolvidas no conflito	Apenas a vítima
Onde o fato ocorreu	Residência no RJ
Quando ocorreu	Inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do BO, intitulado <u>Data do fato</u> .
Sua causa	Esquecimento
Como ele ocorreu	Esquecimento por parte do usuário/relatante

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 14	
Relata-nos que perdeu o seu bilhete de passagem de ônibus da empresa XXXXX, poltrona 33, de origem de Florianópolis com destino no Rio de Janeiro. Nada mais.	
CONTEXTO JURÍDICO	
O fato jurídico	Perda de bilhete de passagem de ônibus.
As partes envolvidas no conflito	Apenas o relatante/vítima.
Onde o fato ocorreu	Inexistente
Quando ocorreu	Inexistente no relato, porém especificado na parte superior do BO, sessão descritiva do BO, intitulado <u>Data do fato</u> .
Sua causa	Inexistente
Como ele ocorreu	Inexistente

Considerando a importância de todos os itens relacionados ao contexto jurídico é possível notar que em nenhum dos 3 ROs houve o preenchimento total dos pontos específicos da narrativa jurídica. No Caso 12, por exemplo, a resposta da “causa” é inexistente. No Caso 13, o item inexistente foi “quando ocorreu o fato”. Já no Caso 14, quatro foram os pontos para os quais não haviam respostas, sendo eles: “onde o fato ocorreu”, “causa” e “como ele ocorreu”. Assim, conclui-se que as narrativas não estão completas, abrindo margens a possíveis dúvidas quanto ao fato ocorrido.

E, para interligar os três tópicos acima estudados (as categorias de Labov, os participantes e o contexto jurídico), analiso o RO – Caso 5²².

²² Os outros casos foram selecionados e analisados por ordem crescente (ordem real da data em que os fatos ocorreram/foram relatados nos BOs), porém foi selecionado o Caso 5 para este momento pois era o relato com texto maior, possibilitando assim uma maior explicação dos três conteúdos.

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 5

Relata o comunicante que é turista estrangeiro e veio até a casa de seu amigo passar o verão e saiu da residência as 16h do dia acima mencionado, que ao retornarem por volta das 00h, notaram que a estante da casa estava revirada, e no outro dia sentiram falta: 01 Laptop da marca Sony da cor branca, desgastado próximo ao teclado (tomada há um adaptador universal, com entrada usb, já que a tomada seria para plugar na rede elétrica na Inglaterra), 01 Camera Digital da marca Sony, Cybershot, da cor prata, (semi-nova) e a quantia de R\$900,00 (novecentos reais em espécie), 01 I-pod da cor branca, 01 carteira da cor preta, 01 Cartão da bandeira American Express, 01 Cartão da bandeira Master Card, 01 Cartão do banco XXXX, 01 Cartão do banco XXXX, Cartão do banco XXXX, 01 Documento da carteira de motorista, 01 Chave da casa em Londres (um chaveiro com abridor de garrafa de prata, gancho) e a quantia de 80 libras esterlinas e a Chave de seu carro Audi e ainda uma Mochila de porte pequeno da cor preta com o simbolo da Quicksilver em vermelho, 01 Pendrive da marca Renault da cor cinza, (que continha Fotos pessoais) e lembra também que um documento com endereços do comunicante em Londres e um 01 fone de ouvido do celular Sony Ericsson; Que foi sabido do local saiu um veículo VW/GOLF (com película clara) da cor prata, com dois individuos, sendo que um deles estava com uma mochila preta da Quicksilver; Que um dos individuos foi abordado na rua pelo segunça da empresa GARRA, (sendo o cunhado do proprietário (NOME ocultado-TELEFONE ocultado)), porém o individuo falou que estava andando, sendo assim não foi possível fazer nada; E a característica de um dos individuos é: 1.70 mts, mulato, aproximadamente 20 anos; Que não havia sinais de arrombamento que o comunicante e acredita que o furto deve ter ocorrido por volta as 17h e 17h30min.

Partindo dos pontos expostos anteriormente pode-se perceber, neste RO, que esta é uma narrativa. Já nas 04 (quatro) primeiras linhas o relatante narra os fatos de acordo com o tempo (horário e dia) das ações ocorridas/realizadas. Logo em seguida é feito o relato e a descrição dos bens desaparecidos/furtados. Unido aos bens, foram informadas algumas características que podem fazer parte do ocorrido, como movimentação de veículos no local e descrição de possíveis objetos de uso (os detalhes foram narrados com transparência e clareza), documentos e dinheiro, bem como a informação de que não havia sinais de arrombamento e, que, acredita-se que o furto tenha ocorrido entre 17h e 17h30m do dia mencionado no preenchimento do RO.

De acordo com o exposto acima é possível responder algumas perguntas, de forma clara, porém, este, não apresenta todas as seis características de Labov, por exemplo. Quando o assunto é uma delegacia e um ambiente policial, nem todas as características são encontradas, principalmente quando o ocorrido envolve o sistema emocional do/a depoente. Diante dessas irregularidades, o papel do/a policial responsável pela recontextualização dos eventos relatados - RO (ouvir, interpretar e contar de novo) é de extrema importância.

O/A agente policial responsável pela coleta de um relato em uma delegacia poderá, ainda, fazer determinadas perguntas específicas e pré-determinadas para que o desenvolvimento e o desfecho apresentemos fatos de uma forma clara, pois conforme Valverde (2013, p.97) “os fatos juridicamente importantes não são auto explicáveis: é necessário indicar o contexto em que ocorreram para justificar por que assim se desenvolveu essa história”.

Dijk (2010, p. 15) dá o nome de ‘conjectura pressuposicional’ a pressuposições que são feitas no momento de construção do pensamento:

As pessoas que compreendem acontecimentos reais ou eventos discursivos são capazes de construir uma representação mental, principalmente uma representação mental significativa, somente se tiverem um conhecimento mais geral a respeito de tais acontecimentos. Para interpelar alguns desses acontecimentos, tais como um acidente, elas devem saber alguma coisa a respeito de acontecimentos e ações comuns ao trânsito no qual estão envolvidos carros e motoristas, e para estórias, elas devem dispor de um conhecimento mais geral de estórias e a relação entre essas e os acontecimentos nelas contidos. De forma semelhante, duas pessoas podem interpretar os acontecimentos à luz de suas experiências prévias com acontecimentos semelhantes, experiências essas que podem conduzi-las a um conhecimento mais geral a respeito de tais acontecimentos. Além desse conhecimento, o ouvinte e a testemunha podem ter outras informações cognitivas, tais como crenças, opiniões ou atitudes em relação a tais acontecimentos em geral, ou ainda, motivações, objetivos ou tarefas específicas no processamento de tais acontecimentos. Assim, de forma mais geral, pressupomos que compreender envolve não somente o processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas. (DIJK, 2010, p. 15).

Quando relacionamos os aspectos acima citados com a situação real de uma delegacia, devemos lembrar que é muito provável que o/a depoente esqueça de algum ponto importante do ocorrido, já que os sentimentos estão exaltados. Para lidar com os possíveis esquecimentos, o/a policial responsável pelo BO/RO poderá nortear as perguntas ligadas diretamente ao ponto ainda a ser desvendado, fazendo com que na resposta do/a estrangeiro/a algo de novo possa ser interpretado/contado ou entendido.

De acordo com as análises apresentadas acima, podemos concluir, portanto, que as narrativas dos ROs são, na maioria das vezes, incompletas em termos de estrutura, já que as categorias apresentadas por Labov são minimamente desenvolvidas. Isto implica que os fatos relatados não são devidamente explorados e, assim, as compreensões do que realmente ocorreu se tornam prejudicadas, pois a informação prestada não é suficiente para a recontextualização do ocorrido.

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste capítulo foi o de distinguir o que é gênero textual, macro-gênero e tipo retórico, baseado no material coletado. As análises apontam que, além dos problemas provenientes de uma narrativa não completa, um outro fator importante nos ROs é o problema de tradução. Partindo-se do pressuposto que nem todos os/as estrangeiros/as que se dirigem a DPTUR sabem falar o nosso idioma – a língua portuguesa – dois tipos de tradução devem ser levados em consideração ao analisarmos o que é relatado: a tradução intralingual e interlingual. Para Jakobson (JAKOBSON, 2004, p. 114), temos na tradução intralingual uma tradução que é feita dentro de uma mesma língua (por exemplo, a passagem do modo oral para o modo escrito) enquanto que na tradução interlingual são utilizadas diferentes línguas²³ (inglês, português, francês, etc...). Na DPTUR, quem define qual tipo de tradução será utilizada é a própria situação do cotidiano, já que não existe nenhum procedimento narrativo e tradutório pré-definido. Conforme o conhecimento linguístico do/a estrangeiro/a é que ocorrerá a narração dos fatos. Geralmente, o/a depoente não possui fluência e segurança para falar em nosso idioma, conseqüentemente, é preciso que

²³ Tradução interlinguística pode ser definida como um processo comunicativo de mediação bilíngue, que normalmente tem como objetivo a produção de um texto TL (língua alvo) que é funcionalmente equivalente a um texto SL (língua fonte)²³. (REISS, 2004, p. 160). Tradução minha.

o/a policial saiba dominar os dois pares linguísticos, para, assim, conseguir atender tal ocorrência e realizar o procedimento comunicativo corretamente. E, este policial, torna-se o/a mediador/a entre estrangeiros/as e autoridades policiais.

No capítulo que segue, portanto, contextualizo o tema “tradução jurídica e tradução funcionalista”, juntamente com a análise de mais dois (2) ROs, que fazem parte da segunda e última análise do *corpus* desta dissertação.

CAPÍTULO III

SOBRE TRADUÇÃO

Após destacar alguns pontos essenciais de como uma narrativa pode (e deve) ser construída, neste capítulo abordarei a questão da tradução, já que a delegacia analisada nesta dissertação é uma delegacia que recebe turistas (tanto brasileiros/a quanto estrangeiros/a). Assim, o/a policial que tem como função mediar a comunicação, e além dos conhecimentos linguísticos técnicos, na língua portuguesa, também precisa conhecer pontos essenciais da língua inglesa e do processo tradutório.

3.1 TRADUÇÃO

A tradução “nasceu” para que existisse a comunicação entre diferentes povos. Na evolução da ciência – e de outros setores da informação – a tradução é de extrema relevância e importância. Através dela livros, manuais e outros tipos de documentos foram passados de uma língua para outras, tornando o conhecimento acessível à novas pessoas. Assim, diferentes povos conseguiram se comunicar e enriquecer diversas áreas do conhecimento.

Conforme apresentado no capítulo I, minha análise baseou-se até agora no Modelo de Labov (1972), assim como na Linguística Sistemico-Funcional (LSF). Neste capítulo, serão utilizadas as contribuições teóricas sobre tradução de Katharina Reiss, Hans. J. Vermeer e Christiane Nord.

Um ponto importante que destaco aqui é o de que não existe uma tradução pronta na qual podemos nos apoiar veemente. Os enunciados, os textos, os atos de fala, por exemplo, possuem uma função específica e que variam também conforme o momento/tempo de sua produção. Além do fato de que toda tradução envolve, sempre, diferentes culturas, até mesmo dentro de um mesmo país. Assim, Nord (1991) afirma que “não se deve traduzir palavras e sim ideias”.

Em se tratando de tradução na DPTUR, de acordo com a situação atual²⁴, para atender a uma maior demanda de turistas estrangeiros/as,

²⁴ Situação atual significa que a DPTUR não possui um/a agente policial capacitado/a linguisticamente em transferir de uma língua estrangeira para a língua portuguesa, exceto

os/as agentes policiais utilizam um documento (figura 3), desenvolvido por um policial (que morou em um país falante de língua inglesa), para que as informações principais do/a depoente sejam coletadas. Este documento é composto de asserções básicas em inglês como: *“Sorry, but I don’t speak English”* e informações como *“Your Address”* e *“Personal Datas”* e, logo abaixo, um espaço em que solicita que o/a estrangeiro/a descreva seus documentos e/ou objetos perdidos. Baseando-se nestas informações é que muitas vezes o/a policial produz o RO, ou seja, o/a estrangeiro escreve frases soltas e o/a policial responsável cria/monta a narrativa que será utilizada como base para um processo/julgamento do caso.

É importante destacar que esse documento é utilizado, pois na maioria das ocorrências o/a policial não consegue compreender, em sua totalidade, o que o/a turista estrangeiro/a relata. Assim, escrevendo apenas palavras como, *“passport”, “camera”, “iPhone”* ou *“celular”* o/a responsável pela produção do BO consegue desenvolver um relato simples, acrescentando apenas os itens furtados. Esses relatos simples são aqueles com frases prontas como, por exemplo: *“Relata o comunicante que (...)”* ou então *“O relatante vem por meio deste comunicar a perda (...)”*. Assim, este relato não constitui uma narrativa completa.

Este documento foi desenvolvido e é utilizado com a intenção de facilitar a comunicação, ou seja, ele surge como um pré-texto (um texto que antecede a criação do texto propriamente dito), porém nele já existem “erros” de linguagem/tradução, como: *“Make a list of things which was stolen or lost (documents and objects)”*.

Posto isto, é possível constatar que muito ainda precisa ser pensado, estudado, alterado e melhorado no que diz respeito ao processo comunicativo envolvendo duas diferentes línguas, na produção de documentos oficiais como os BOs realizados pela DPTUR.

Abaixo, segue figura 3, relatada nos parágrafos acima:

Figura 3-Documento de informações principais/pessoais

For people who speak English (Para pessoas que falam inglês)

I'm sorry but I don't speak English.

(Desculpe-me, mas não falo inglês)

I'll call someone by phone, he will talk to you about your problem.

(Eu irei ligar para alguém, e ele irá falar contigo sobre o seu problema).

Please, Could you fill the blanks bellow? I need your datas to make the Police Report.

(Poderia preencher os campos abaixo? Preciso de seus dados para fazer o Boletim de Ocorrência).

YOUR ADDRESS

Street / number / Neighborhood.....
(Rua / núm. / Bairro)

State / Country / phone number.....
(Estado / País / Fone)

Address in Brazil (Home, Hotel / Beach / Neighborhood / phone).
(End. no Brasil (Casa, Hotel / Praia / Bairro / Fone).

PERSONAL DATAS

Name / Surname.....
(Nome / Sobrenome)

Birth date / birth place.....
(Nascim / Local)

Mother's name:.....
(Nome da Mãe)

Father's name:.....

Make a list of things which was stolen or lost (documents and objects):
(Faça uma lista das coisas que foram furtadas ou perdidas)

.....

Tendo em vista a problemática acima exposta, na sessão que segue, discuto a questão da tradução no contexto jurídico.

3.2 TRADUÇÃO JURÍDICA

A tradução da linguagem jurídica se diferencia da tradução de uma linguagem literária ou de uma linguagem cotidiana. A tradução técnica (e jurídica) envolve dois sistemas linguísticos que utilizam uma terminologia específica em suas práticas. Para que ocorra a compreensão do texto (escrito ou não), este tipo de tradução precisa ser funcional (deve atingir os objetivos de quem a solicitou).

Além de possuir um conhecimento de que a língua fonte possui particularidades diferentes da língua alvo, é preciso saber que traduzir juridicamente requer conhecimento dos sistemas jurídicos em questão.

Para exemplificar melhor este ponto, desenvolvi uma tabela com locuções nominais contendo a palavra inglesa *Legal*, e seus diferentes significados em português.

Quadro 3²⁵ - Significações da palavra inglesa *Legal*

Inglês	Português
<i>Legal adviser</i>	Assessor jurídico
<i>Legal rules and practices</i>	Normas e práticas jurídicas
<i>Legal principles</i>	Princípios legais
<i>Legal system</i>	Sistema jurídico
<i>Legal definition</i>	Definição legal
<i>Legal rights</i>	Direitos
<i>Legal agreement</i>	Contrato
<i>Legal literature</i>	Doutrina
<i>Legal scholars</i>	Juristas
<i>Legal</i>	Lícito
<i>Legal costs</i>	Honorários advocatícios

²⁵ Fonte: FONSECA, Luciana Carvalho. Inglês jurídico: tradução e terminologia – 1.ed. São Paulo: Lexema, 2014. p. 68-72.

Inglês	Português
<i>Legal minds</i>	Estudiosos do direito
<i>Legal sources</i>	Fontes do direito
<i>Legal history</i>	História do direito

De acordo com o quadro³, pode-se constatar então, que é preciso um vasto conhecimento (que vai além da “simples troca” do par linguístico) sobre as diversas significações de uma mesma palavra, conforme o contexto, o local e o público que se objetiva atingir.

Ainda, no que tange as particularidades da elaboração e tradução de materiais no contexto jurídico é relevante destacar que, diferentemente da escrita comum, os gêneros do judiciário devem ser escritos sem o uso de sinônimos, ou seja, é preciso escolher um termo, quando se refere ao mesmo objeto, e utilizá-lo sempre (quantas vezes forem necessárias).

De acordo com Castro (2010):

Em linguagem técnica, seja em Direito, Economia, Contabilidade, ou qualquer outra ciência, o emprego de sinônimos é prejudicial. Sinônimos podem ser usados em poesia, literatura de ficção ou ensaios jornalísticos. Mas não em linguagem técnica. Isto porque o emprego de sinônimos gera ambiguidade e inevitáveis falhas de comunicação e interpretação. Ao encontrar dois termos sinônimos no texto, o leitor é induzido a diferenciá-los. Mesmo quando ambos possuam exatamente o mesmo significado. (CASTRO, 2010, p. 05)

Enfatizando um pouco mais este ponto, a Lei Complementar número 95/98, sobre a elaboração e redação das leis, determina:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas: (...) b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de

sinonímia com o propósito meramente estilístico²⁶.

Castro (2010), referindo-se a tradução e linguagem técnica jurídica, ainda explica que:

Das traduções de textos técnicos, a tradução jurídica é a mais difícil. O primeiro motivo está no fato de as outras Ciências, seja Medicina, Engenharia, Matemática, Biologia, Economia, Contabilidade, Informática ou Administração, serem ciências Universais. Isto é, sofrem poucas modificações de país para país. O corpo humano, as doenças, as construções, os números, os métodos de administração, os computadores e os seres vivos são basicamente os mesmos em todo o mundo. O Direito, todavia, é uma exceção. Cada país possui seus próprios institutos jurídicos, regras, terminologia. Além disso, existem no mundo vários sistemas jurídicos completamente diferentes. Por exemplo, o Brasil adota o Civil Law, enquanto o Direito dos Estados Unidos e da Inglaterra é o Common Law. Em consequência, existem diversos casos de equivalência zero, isto é, institutos que existem em um país, mas são ausentes em outros. Ou institutos similares, mas com diferenças marcantes. Igualmente, existem verbos e expressões jurídicas típicas em um país e ausentes em outro. (CASTRO, 2010, p. 01).

Percebendo que o campo dos estudos tradutórios no contexto jurídico é vasto e complexo, acrescento na sessão abaixo algumas contribuições sobre os conceitos e princípios básicos da teoria funcionalista. Esta é uma teoria que nos ajuda a entender o grande déficit que observamos, no que tange a produção dos BOs e ROs. Através dela, é possível justificar o motivo de que os ROs realizados, na DPTUR, devem possuir (mas não possuem) uma função pré-determinada, ou seja, eles devem ser produzidos com algum propósito claro afim de “funcionar”, ou seja, serem compreendidos pela

²⁶ Referência: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 2 jun. 2015.

autoridade julgadora competente e também para solucionar o problema da vítima, gerado por algum fato/dano.

3.3 TRADUÇÃO FUNCIONALISTA

A tradução funcionalista tem por objetivo principal fazer com que o Texto Alvo (TA) possua sentido e significado funcional e equivalente ao Texto Fonte (TF). Desta forma, ocorre um processo de mediação entre diferentes línguas e culturas. Essa mediação não pode ser realizada de qualquer maneira, sem uma teoria norteadora, sem um propósito e sem um objetivo claro a ser alcançado. O/A tradutor/a é, assim, a pessoa responsável por fazer chegar informações de diferentes partes do mundo à outros povos e culturas. De acordo com Susan Bassnett: “(...) ao escritor cabe dar às palavras uma forma ideal e imutável, enquanto ao tradutor cabe a tarefa de libertar do confinamento da língua de partida”. (BASSNETT, 2003, p. 08).

Reiss, em 1971, lança seus estudos com base no conceito de tipologia textual. Para ela, cada tipo de texto possui uma função linguística, sendo que um mesmo texto pode possuir mais de uma função. Sua preocupação e foco principal, então, era analisar o trabalho realizado sobre o Texto Fonte, ou seja, para cada tipo de texto desenvolvido existiria uma forma de realização, desconsiderando o público alvo/leitor.

Assim, levanto alguns pontos a serem questionados: será que nas situações que ocorrem na DPTUR é útil/funcional/necessário mudar ou é preciso, quase obrigatório, manter o gênero conforme o depoente faz sua narração? O/A agente policial em ação tem o direito de fazer conforme acha melhor ou mais fácil? Ele/ela pode nortear perguntas pré-definidas para desenvolver melhor o relato da ocorrência? Com base nesses questionamentos e reflexões, Reiss afirma:

Os vários tipos de variedade de texto, em parte, se limitam a uma língua ou uma cultura, mas os hábitos de textualização, os padrões de linguagem e estrutura, muitas vezes diferem entre si de forma considerável. Assim, a criação da variedade textual é de importância decisiva para o tradutor, de modo que ele pode pôr em perigo a equivalência funcional do texto TL por

ingenuamente adotar convenções SL ²⁷ (REISS, 2004, p.165). Tradução minha.

Hans J. Vermeer, em 1978, baseado na tipologia textual apresentada por Reiss, sugere que o olhar/foco especial deveria ser o Texto Alvo, não mais o Texto Fonte e propõe assim uma nova teoria da tradução.

A teoria do ‘escopo’ é parte da teoria da ação tradutória ²⁸ (VERMEER, 2004, p.221). Essa afirmação é a base da teoria funcionalista, já que toda tradução só passa a ter uma função real e efetiva quando é lida e/ou utilizada para determinados fins. Aqui sugiro que todo BO produzido na DPTUR deva possuir uma finalidade explícita.

A funcionalidade da tradução/interpretação é fazer com que o leitor final de uma diferente língua e cultura consiga compreender o que ocorreu no momento em que o texto/depoimento/relato foi escrito. Há diferentes leitores e diferentes formas de se traduzir. Não há uma forma “certa” ou “errada” para tal atividade. O que de fato deve ser levado em consideração é o objetivo dos atos linguísticos e tradutórios e, assim, considerando as particularidades das línguas e de seus sistemas. “A linguagem é parte da cultura”.²⁹ (VERMEER, 2004, p. 222)

Toda ação tem um objetivo, um propósito³⁰ (VERMEER, 2004, p. 221), (Skopo, palavra grega que significa *propósito*). Qual o propósito de uma tradução/interpretação no mundo jurídico? No contexto da DPTUR? Para Vermeer, o foco central de qualquer tradução se dá em saber que função possui o trabalho do/da tradutor/a. Para melhor elucidar essa questão, perguntas podem ser feitas, como: “Para quem o texto está sendo traduzido?”; “Qual o propósito final de leitura deste texto?” Caso não exista esse tipo de reflexão/objetivo, o resultado acaba saindo “patinado”, ou seja, sem a nitidez/clareza que poderia ter.

²⁷ The various kinds of text variety are partly not confined to one language or one culture, but the habits of textualization, the patterns of language and structure often differ from one another to a considerable extent. Hence, the establishment of the text variety is of decisive importance for the translator, so that he may not endanger the functional equivalence of the TL text by naively adopting SL conventions.

²⁸The skopo theory is part of a theory of translational action (*translatorisches Handeln*—cf. Holz-Mänttari 1984; Vermeer 1986:269–304 and also 197–246; for the historical background see e.g. Wilss 1988:28).

²⁹Language is part of a culture.

³⁰ Any form of translational action, including therefore translation itself, may be conceived as an action, as the name implies. Any action has an aim, a purpose.

Pensar em quem vai receber o texto e qual é o propósito daquela tradução é de grande ajuda/auxílio para determinar melhor o objetivo da tradução, servindo assim como guia de todo o processo tradutório.

Após Reiss e Vermeer, Nord sistematiza as tipologias textuais juntamente com a teoria do Skopo. Para o funcionalismo alemão sugerido pela autora, o/a tradutor/a deve estar focado, principalmente, no TA. É com o/a leitor/a final que o/a tradutor/a deve estar preocupado/a. A funcionalidade da linguagem serve para que haja melhor comunicação entre os falantes e, conseqüentemente, melhor interação social.

Para provar/comprovar os critérios das contribuições da tradução funcionalista (de que a tradução dos ROs devem possuir uma finalidade pré-definida), investiguei mais dois (02) ROs, que são os últimos a fazerem parte do *corpus* selecionado, produzidos em ambas as línguas utilizadas (português e inglês):

Análise do corpus relacionado à tradução:

O RO - Caso 15 ocorreu da seguinte forma:

O *Depoente 1* chegou nas imediações da DPTUR e, não conseguindo se comunicar em língua inglesa, começou a preencher a folha que segue logo abaixo –esta folha a delegacia utiliza para obter as principais informações, que será meu Texto fonte (figura 4).

Figura 4 - Texto fonte – Depoente 1

For people who speak English (Para pessoas que falam ingles)

I'm sorry but I don't speak English.

(Desculpe-me, mas não falo ingles)

I'll call someone by phone, he will talk to you about your problem.

(Eu irei ligar para alguém, e ele irá falar contigo sobre o seu problema).

Please, Could you fill the blanks bellow? I need your datas to make the Police Report.

(Poderia preencher os campos abaixo? Preciso de seus dados para fazer o Boletim de Ocorrência).

YOUR ADDRESS

Street / number / Neighborhood.....

(Rua / núm. / Bairro)

State / Country / phone number:.....

(Estado / País / Fone)

INFORMAÇÕES APAGADAS!

Address in Brazil (Home, Hotel / Beach / Neighborhood / phone).

(End. no Brasil (Casa, Hotel / Praia / Bairro / Fone).

PERSONAL DATAS

Name / Surname.....

(Nome / Sobrenome)

Birth date / birth place.....

(Nascim / Local)

INFORMAÇÕES APAGADAS!

Mother's name:.....

(Nome da Mãe)

Father's name:.....

Make a list of things which was stolen or lost (documents and objects):

(Faça uma lista das coisas que foram furtadas ou perdidas)

Sony Nex 5N Camera

Apple iPhone 5 16 gb, just ended contact with vedeson

Apple Ipad 2012 model 32 gb

Sigma 30mm emment lens

Fossil watch - I'm not sure of model

Mastercard, Visa Card, UCD Student Card

Extension cable for iPhone/iPad charging

Durante este preenchimento, uma segunda pessoa se dirigiu até a Polícia Militar (que fica ao lado da DPTUR) e solicitou a presença de uma agente policial que tinha conhecimento da língua inglesa e conseguia se comunicar nos dois idiomas (não houve nenhum questionamento com relação a sua proficiência na língua estrangeira).

Após o término do preenchimento da folha acima, o *depoente 1* contou/narrou o fato para a policial militar, que relatou (em português) ao agente responsável pela produção escrita do BO.

Desta maneira, o relato foi construído:

- a) Com as informações pessoais da folha escrita como, por exemplo, o nome da mãe– e foi desconsiderado o nome do pai, pois há esta informação descrita, porém não é utilizada no documento oficial, o BO;
- b) Com a lista de pertences furtados, escrita pelo próprio depoente;
- c) Com os trechos da fala da policial militar responsável pela tradução, na qual não houve a produção de um material (escrito ou gravado) em língua inglesa. O BO (documento escrito) já foi produzido em português;
- d) Com a estrutura de narrativa “pronta” que os/as policiais utilizam na construção dos registros, como nos trechos “Relata o comunicante” e/ou “Foi o relato”, conteúdo este que já foi mencionado anteriormente.

Desta forma, o resultado deste procedimento é o RO abaixo:

Respectivo Texto Alvo – *Depoente 1*

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 15
Relata o comunicante que estava no ônibus da empresa XXXX (informação ocultada) vindo de Foz do Iguaçu para Florianópolis, que dormiu no ônibus, que sua mochila estava na parte de cima do banco (bagageiro), que quando foi pegar sua mochila a mesma não estava mais no referido bagageiro. Que estava dentro da mochila os seguintes objetos: 01 câmera Sony Nex 5N, Iphone 5, ipad 2012, lentes Sigma 30mm, relógio Fossil, cartão Master Card, Visa, Carteira Estudante, cabo Extensão Iphone/Ipad. Que até o momento não recuperou os referidos objetos. Foi o relato.

Neste caso 15, é possível afirmar que, primeiramente, há apenas a comprovação do que o depoente relatou através da descrição, feita pelo mesmo, dos pertences perdidos (figura 4). Em seguida, foi transformado em relato pelo/a agente policial e novas informações surgiram, como:

- a) estar em um ônibus da empresa Pluma Internacional vindo de Foz do Iguaçu para Florianópolis;
- b) que o turista dormiu no ônibus;
- c) e que sua mochila estava na parte de cima do banco (bagageiro);
- d) que quando foi pegar sua mochila a mesma não estava mais no referido bagageiro.

E, com esse tipo de procedimento (com novas informações e sem nenhum tipo de comprovação), incertezas surgem. Este BO foi, por exemplo, produzido com alguma finalidade/objetivo? (tanto por parte do funcionário como também por interesse do depoente³¹?

Pela análise realizada foi constatado:

- a) é possível perceber que por falta de domínio linguístico e tradutório do/a policial, este é um relato pequeno, sendo que não é possível ter maiores informações sobre os demais acontecimentos, que poderiam ser úteis para o desfecho do caso;
- b) não há informações sobre outras possíveis testemunhas (já que ocorreu em um local fechado e que, provavelmente, outras pessoas também devem ter passado pela mesma situação);
- c) sem a presença do texto em língua inglesa, torna-se bastante confuso saber se a policial militar compreendeu o fato ocorrido de forma clara para, conseqüentemente, comprovar tal interpretação.

Nestas condições, a tradução foi realizada, com base, apenas, na folha preenchida pelo depoente (itens furtados e principais informações sobre o depoente) e não de acordo com as normas de uma teoria funcionalista, que objetiva que os textos traduzidos devam ter uma função pré-definida.

Através deste relato coletado não é possível que uma autoridade julgadora competente prossiga com uma investigação e desfecho do caso – já que faltam informações para que o fato seja compreendido em

³¹ Esta é uma pergunta bastante pertinente, pois muitos dos procedimentos realizados são meramente para cumprimento de função – já que dentro de alguns dias o/a estrangeiro/a não estará mais em nosso País/Estado, o que o torna a tramitação de investigação muito mais complicada e demorada. Por este motivo, é realizado sem a devida e necessária atenção que um documento oficial deveria ter.

sua totalidade. Assim, esta é mais uma situação em que o caso possivelmente será “esquecido” ou engavetado (e um dos motivos é a falta de provas). Consequentemente a tradução ou a própria produção do BO não é funcional e efetiva no contexto jurídico, já que para existir tal funcionalidade o texto precisa ser lido e compreendido.

Em se tratando de funcionalismo, outro ponto que se torna “deficiente” é o fato de que não há um objetivo pré-definido/determinado no que tange a produção do BO, pois não é possível saber se: a) para este caso, o depoente gostaria de alguma investigação e possível desfecho; ou se b) o único objetivo deste Relato seria apenas de o estrangeiro possuir um documento oficial para comprovar tal dano e, quando em seu país de origem, resgatar o valor monetário de seus pertences – já que muitos casos, isto é apenas o que o estrangeiro precisa³².

E, confirmando o que afirmo na página 63, caso não exista um objetivo claro, o resultado deste trabalho acaba saindo “patinado”, ou seja, sem a nitidez/clareza que poderia (e deveria) possuir. Ou então, caso o documento seja apenas para a comprovação da perda dos objetos, a presença do texto em língua inglesa seria de grande importância.

E, por fim, a última análise do último RO, caso 16:

Certo dia, recebo uma ligação da Polícia Militar, informando que existia uma inglesa (21 anos), que não sabia falar a língua portuguesa e que procurava por mim. Ela conseguiu meu telefone nas imediações do Terminal Rodoviário de Florianópolis, pois havia sido informada de que eu era uma pessoa que falava inglês e poderia ajudá-la. Me deslocuei até a DPTUR e tentei administrar a situação problemática, pois não havia ninguém na delegacia para registrar o BO, - sendo que por regra da instituição é preciso existir sempre um policial de plantão.

No dia seguinte, pela manhã, o BO foi produzido pelo funcionário da DPTUR na 10ª Delegacia de Polícia no bairro Lagoa da Conceição. A escolha da delegacia foi por ela estar localizada mais próxima ao *Hostel* em que a *depoente 2* se encontrava.

³²Muitos turistas antes de deixarem seus países, solicitam/compram um seguro, na qual inclui o reembolso em caso de furto/roubo/perda de seus pertences. Caso isto ocorra, eles precisam de um documento oficial brasileiro para comprovar o fato típico e conseguirem o valor monetário de volta. Para estes casos, não é preciso de delegados/as e/ou juizes/as se preocupem em solucionar o caso, já que o objetivo do/a turista é apenas possuir em mãos um documento oficial, por parte da polícia brasileira. Pode ocorrer neste momento, então, o arquivamento do caso, diferentemente da primeira situação, em que o fato precisa ser resolvido, testemunhas podem ser ouvidas e, assim, auxiliar no procedimento jurídico.

O RO foi realizado da seguinte maneira:

O policial, sem saber se comunicar, através de pequenas palavras, como *Mother* preenchia os dados da depoente. Sobre as informações paternas, o policial apenas colocou “Não informado”, sendo que não houve nenhum tipo de pergunta relacionada a este assunto. O endereço foi copiado dos dados informados pela depoente, através de imagem do celular. Já o RO, foi digitado em inglês pela própria depoente em um documento do Word e o texto foi traduzido pelo Google tradutor. Esta tradução foi copiada e colada no BO, sendo desenvolvido assim o RO, conforme abaixo:

RELATO DE OCORRÊNCIA – CASO 16

At around 12 o'clock i heard that another boy on my coach had his belongings stolen. When i checked my bag i noticed i also had my Samsung tablete and câmera taken. My bag was securly under my feet while i was aslepp when it was taken. I told the coach driver who was very unresponsive and he did nothing to help the situation.

Por volta das 12 horas ouvi dizer que um outro rapaz no meu treinador teve seus pertences roubados. Quando eu chequei minha mala eu notei que eu também tive meu tablete Samsung e câmera tomadas. Minha bolsa estava securly debaixo dos meus pés, enquanto eu estava aslepp quando foi tirada. Eu disse ao motorista do ônibus que foi muito insensível e ele não fez nada para ajudar a situação.

Estes textos (inglês e português) estão exatamente iguais ao documento oficial.

Algumas considerações sobre este relato:

Inicialmente, enfatizo a forma com que o relato ocorreu: através do *Google Tradutor*. Não houve, neste momento, a conscientização do uso correto da linguagem. O relato foi apenas transportado (copiado e colado). E aqui é possível perceber o tamanho do problema de uma tradução realizada por um software *online*. Muitos erros ocorreram como, por exemplo, a palavra inglesa “*asleep*”, que o programa não conseguiu traduzir e a palavra inglesa “*coach*” que possui diferentes significados, sendo possível distinguir qual deles terá seu melhor correspondente através do contexto em que a palavra está inserida.

Em língua inglesa também há problemas lingüísticos (*aslepp*, enquanto o correto é *asleep*). E, pode-se questionar: a) ou a depoente estava aflita e em situação de desconforto emocional; b) ou ela não possui conhecimento lingüístico de tais palavras (mas, penso que

por serem palavras básicas da língua inglesa, este não seria o caso); iii) ou existiu problemas no próprio programa em que a depoente digitou o texto.

Um agravante ainda maior destes casos é que mesmo com as traduções eletrônicas, erros crassos, principalmente a nível lexical, são cometidos, por exemplo: *my coach*- meu treinador. Para *coach*, temos quatro entradas em português, de acordo com o Word Reference English-Portuguese Dictionary ³³ : [**Coach** /kəʊtʃ/ **1.** sm. técnico, treinador; **2.** sm. instrutor; **3.** sm. ônibus; **4.** vt. treinar.];

Em muitos casos os programas podem sim auxiliar o tradutor no significado de algumas palavras, mas é do/a produtor/a a responsabilidade por tal ato. É ele/a quem deve tornar o texto funcional e possível de compreensão. Assim, ele/a possui o conhecimento do que está acontecendo e conseguirá desempenhar um papel correspondente entre texto ↔ situação. A escolha do léxico (das palavras que compõem/fazem parte do texto) é função de quem o escreve e não de um programa eletrônico.

A intenção da depoente estrangeira, por de trás da produção do BO, é diferente da intenção do motorista, durante a ocorrência do fato, como também do policial que produziu tal documento. Isso é possível constatar na última frase do RO: *I told the coach driver who was very unresponsive and he did nothing to help the situation.* Com esta frase é possível perceber que a depoente queria uma ajuda, um auxílio e estava aflita com a situação. Já o motorista, nada fez (de acordo com o RO).

No momento em que o policial percebeu que o BO já havia sido impresso, assinado, ele argumentou (comigo) que existiam palavras ainda em língua inglesa, mas que este fato não causaria problema algum.

Não haveria problema algum, pois este seria (ou é) mais um dos casos em que o BO provavelmente está arquivado. Da mesma forma em que não existiu funcionalidade (ou talvez exista uma disfunção a produção desses boletins) no caso acima analisado, é possível dizer que neste também não houve – já que foi feito sem o cuidado necessário, no que diz respeito aos conhecimentos linguísticos e tradutórios.

Desta forma, este RO está incompleto, o que faz com que exista prejuízo na interpretação e futuro encerramento do caso, pois o próprio documento em língua portuguesa apresenta problemas linguísticos.

Assim, conforme tais análises (RO – Caso 15 e Caso 16), finalizo este capítulo afirmando que foi possível comprovar que, além de

³³ Disponível em: <http://www.wordreference.com/enpt/coach>. Acesso em: 09 de junho de 2015.

problemas linguísticos (discursivos e tradutórios), é preciso existir uma conscientização maior por parte do/a profissional que desenvolve tais documentos. Esta conscientização não está aqui sendo dita como uma ofensa ou como uma questionamento agressivo, muito pelo contrário. Apenas foi constatado que melhorias precisam (e podem) ser realizadas e informações novas precisam ser ditas, através de profissionais que estudam, se especializam e conhecem sobre questões relacionadas aos diferentes usos da linguagem.

3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo o objetivo foi o de expor algumas particularidades da linguagem + tradução jurídica, juntamente com a teoria funcionalista de tradução, que confirma que todo BO/RO deve possuir um propósito, objetivo e finalidade. No último capítulo (IV), apresento os resultados e a conclusão desta pesquisa.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao último capítulo desta dissertação, unindo justificativa, objetivos, contextualizações, teoria + prática, apresento no decorrer deste capítulo minhas considerações finais.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo da pesquisa e relatadas nesta dissertação não constituem um fim. Conforme exposto ao longo deste trabalho, pontos importantes precisam ser revistos, no que diz respeito aos procedimentos linguísticos e tradutórios no ambiente da DPTUR. Assim, esta dissertação propôs-se a explorar e questionar de que forma a linguagem é utilizada nos contextos da delegacia especializada em turistas. Esta pesquisa, então, foi desenvolvida dentro dos Estudos sobre Narrativa e Tradução e envolveu a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Após as considerações levantadas ao longo dos três capítulos anteriores que constituíram esta pesquisa, acredito que seja de extrema importância retomar os pontos inicialmente questionados. Assim, reservo, para este momento, algumas reflexões que farão com que os objetivos (principal e específicos) sejam respondidos, acrescido das principais considerações sobre os resultados obtidos. Disponho, assim, esses elementos a seguir:

Meu objetivo principal desta dissertação foi o de investigar e analisar de que forma ocorre o processo comunicativo (narrativo e tradutório) de Relato de Ocorrência (RO) produzido pelo/a agente de polícia responsável, em situações envolvendo estrangeiros/as, na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da Capital do Estado de Santa Catarina. Sendo que, todos os/as turistas/as eram falantes de língua inglesa.

Foi possível concluir que há necessidade de várias modificações no processo de tomada de ROs, começando pela conscientização por parte da Polícia Civil (administração) e também por parte dos funcionários/as que trabalham diretamente com os/as estrangeiros/as. Na delegacia há falhas de comunicação, porque as funções não são bem

estruturadas e pré-definidas. Os textos, muitas vezes, são produzidos, mas ninguém os lê. Simplesmente são produzidos. Assim, os elementos básicos de uma comunicação já não existem. Há apenas o emissor (ativo), porque a mensagem não chega ao receptor e, conseqüentemente não é decodificada.

Em se tratando dos objetivos específicos, foram eles:

- a) A identificação do/a profissional que toma o depoimento e sua competência linguística, permitindo-me assim investigar se este profissional teria conhecimento e treinamento em duas diferentes línguas.

Como resposta deste objetivo é possível afirmar que falta a consciência da necessidade de um/a profissional capacitado/a linguisticamente. Neste momento enfatizo mais uma vez a importância e a necessidade de uma pessoa especializada em linguagem – conforme determina o CPP, artigo 223, citado na página 19 deste trabalho. Os profissionais que atuam nas delegacias precisam saber o contexto jurídico, não sendo obrigados, assim, a conhecer duas ou mais línguas. Cabe, desta forma, a contratação de um/a intérprete especializado/a em linguagem jurídica (inglês ou espanhol jurídico, por exemplo).

A comunicação de diferentes línguas é realizada “de qualquer jeito”, gestos são utilizados bem como o uso de um software de tradução, que parece ter surgido como a solução de todos os problemas bilíngues. O que deve ser levado em consideração é que, a tecnologia está muito presente hoje e não podemos desconsiderá-la. O que pode (e deve) ocorrer é a conscientização desta situação para uma melhor utilização, ou seja, já que o *google tradutor* existe, por exemplo, que então sejam realizados cursos para compreender de que forma é possível utilizá-lo corretamente, aproveitando assim, os recursos tecnológicos existentes e disponíveis.

Como consequência dos atos praticados atualmente temos o exemplo do RO 16, o qual não possui coerência e nem coesão textual, além de erros lexicais (uma mesma palavra em língua inglesa e que possui diferentes significados em língua portuguesa). E, que, de acordo com o produtor do RO, “*não há problema algum em existir palavras não traduzidas ou algum erro pequeno em português*”, o que torna o procedimento falho.

- b) A análise das técnicas específicas para a coleta do relato na transferência das línguas e as estratégias de tradução utilizadas nos ROs;

e

- c) A investigação de como a sequência do evento comunicativo (narrativo e tradutório) é feita (ditado, transcrito manualmente, etc...).

Minha análise demonstrou que não existem técnicas pré-definidas. As narrativas são produzidas conforme “vontade própria” ou costumes/manias diárias de trabalho. Foi possível perceber esse ponto pela similaridade em que se encontravam os primeiros 14 ROs analisados. Eles possuíam as mesmas características e formas textuais.

d) A verificação da linguagem descrita no documento final e sua correspondência funcional com os eventos relatados para a continuação do processo jurídico.

Em se tratando dos primeiros quatorze ROs analisados, é possível afirmar que, não há como comprovar se o que está escrito foi o que o/a depoente narrou efetivamente, pois não há outras informações e outras formas de comprovação (outros documentos escritos ou até mesmo alguma gravação).

Já os dois últimos casos (que possuem texto em língua inglesa), a situação não deixa de ser preocupante, pois os relatos são realizados e, por falta de conhecimento linguístico e tradutório, são considerados corretos e suficientes para uma possível continuidade no processo – sendo que eles também são incompletos, além de possuírem erros graves.

Na análise do RO – Caso 15, página 64, abordo sobre possíveis funções que um BO pode possuir e abordo a questão de que, muitas vezes, o estrangeiro quer registrar a ocorrência apenas para resgatar um valor em dinheiro assim que chegar em seu país de origem. Ou então pode desejar ajuda e auxílio por parte da polícia. Desta forma, o que pode ser considerado, nestas situações, é que existem disfunções na produção destes relatos. Assim, esclarecendo a função desejada no início do processo comunicativo faz com que estes documentos possuam uma função pré-definida, tornando o processo funcional para uma determinada (e específica) situação. Caso o interesse seja apenas possuir um documento oficial, no término da produção ele já se tornou funcional e não estará fazendo parte daqueles BOs que ainda precisam ser analisados e investigados.

Conforme citado ao longo do trabalho, para existir a comunicação e a função social do texto deve existir, necessariamente, um emissor, um receptor e uma mensagem. Mas, nos ROs encontrados isso não ocorre, já que ninguém lê tais documentos, não existe um receptor para aqueles textos. E isso talvez justifique a falta de interesse e preocupação em escrever/produzir tal texto.

Em busca de um corpus maior, estive na DPTUR outras vezes, após a coleta do *corpus*, e pude constatar que haviam sido realizados outros boletins de ocorrências com estrangeiros/as, de língua inglesa, no

período em que eu estava a disposição para a coleta do material. No entanto, em nenhum desses casos eu fui chamada. E, na tentativa de encontrar outros BOs de falantes do idioma inglês, como no caso do RO 15, investiguei se haveria algum outro documento que pudesse ser utilizado em minha pesquisa. A informação obtida foi, no entanto, que os documentos com os primeiros dados preenchidos do/a informante são descartados, pois não tem nenhuma utilidade, depois que o BO foi produzido (grifo meu). Porém, é através desses documentos que, na maioria das vezes, é realizado o primeiro contato com o/a cidadão/ã estrangeiro/a. Este ato, assim, gera uma grande perda.

4.1.1 Limitações do trabalho e sugestões para futuras pesquisas

Uma das grandes limitações desta pesquisa (senão a maior) é o fato de o *corpus* ser extremamente reduzido. Além de ser quantitativamente pequeno, ele também é escasso na parte qualitativa. Desta forma, as conclusões obtidas aplicam-se apenas aos exemplos aqui citados. Assim sendo, não é possível generalizar os resultados obtidos a outras ocorrências/fatos realizadas pela mesma instituição.

Como sugestões para futuras pesquisas enfatizo a necessidade de melhoria na produção dos BOs/ROs. Com algumas das contribuições expostas ao longo deste trabalho – com Labov e Nord – seria possível construir, por exemplo, um novo modelo de BO, preenchendo pontos inexistentes e adequando pontos que já estão em uso, porém de forma inadequada.

Acresce, ainda, que este trabalho abarcou apenas duas fases do processo comunicativo: a narrativa e a tradução, faltando, por exemplo, examinar de forma mais detalhada o que ocorre com os BOs que possuem continuidade e desfecho. Baseando-se nesta questão, é possível realizar estudos etnográficos a partir do momento em que estes documentos saem das respectivas delegacias. Além desta sugestão de futuras pesquisas, bastante interessante também seria a de investigar o que ocorre com os ROs em outras línguas, que não seja a língua inglesa – aqui analisada.

Concluindo, o objetivo central desta dissertação foi o de não simplesmente realizar um trabalho para a obtenção de um título acadêmico, mas também de investigar e buscar possíveis “falhas” no sistema linguístico e tradutório, no ambiente da Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR). E, como finalidade desta pesquisa, propor

melhorias para a sociedade ou, então, para o grupo de pessoas que utilizam tal serviço e que, neste caso, são os/as turistas estrangeiros/as.

Uma destas propostas seria baseada em cursos disponibilizados para os/as profissionais envolvidos/as, permitindo que linguistas estejam diretamente envolvidos, integrando os estudos da linguagem aos estudos do discurso institucional jurídico (ou discurso legal, estudo constitucional), principalmente no que diz a comunicação, que é de extrema importância e relevância para a realização dos processos comunicativos de Boletins de Ocorrência.

Esta pesquisa, no entanto, me deu subsídios para entender o que realmente acontece no contexto jurídico, especificamente nos espaços em que a linguagem possui uma função importantíssima para a obtenção de resultados positivos. Espero, assim, que futuros/as pesquisadores/as possam basear-se nestes resultados para dar continuidade nas pesquisas desta área tão deficitária no sistema legal brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSNETT, Susan. **Estudos de tradução: fundamentos de uma disciplina**. FIGUEIREDO, Vivina de Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRASIL. **Código de processo penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm> Acesso em: 1 out. 2014.

BRASIL. **Código penal brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. **Lei complementar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 2 jun. 2015.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. In: COULTHARD, Malcolm. **Tradução: teoria e prática**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

_____. Da análise do discurso á análise crítica do discurso: Introduzindo conceitos. In: CABRAL, Leonor Scliar; CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Desvendando discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CASTRO, Marcílio Moreira de. **Dicionário de direito, economia e contabilidade: português-inglês/inglês-português = Dictionary of law, economics and accounting : portuguese-english/english-portuguese**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DIJK, Teun Adrianus van. 1943. **Cognição, discurso e interação** / Teun Adrianus van Dijk; (org. e apresentação Ingedore V. Koch). – 6.ed., 2.reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, Luciana Carvalho. **Inglês jurídico: tradução e terminologia**. 1.ed. São Paulo: Lexema, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3th ed. London (Inglaterra): Hodder Arnold, c2004.

_____. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: E. Arnold, c1978.

JAKOBSON, Roman. On the linguistic aspect of translation. In: VENUTI, Lawrence. **The translation studies reader**. 2nd ed. -. London: Routledge, 2004.

_____. **Linguística e comunicação**. Trad. IzidoroBlikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LABOV, William. **The transformation of experience in narrative syntax**. In: Language in the inner city. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William & WALETZKY, J. **Narrative analysis: oral versions of personal experience**. In: J. HELM, Essays on the verbal and visual arts. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LONGACRE, Robert E. **The grammar of discourse**. New York: Plenum Press, 1996.

NORD, Christiane. **Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-Oriented text analysis**. 2.ed. Amsterdam: Atlanta, 1991.

REISS, Katharina. Type, kind and individuality of text: Decision Making in Translation. In: VENUTI, Lawrence. **The translation studies reader**. 2nd ed. London: Routledge, 2004.

RICARDO, José. **Boletim de ocorrência policial – Definição, orientações e modelos** [Internet]. Universo Policial: José Ricardo; 25 de setembro de 2009 [sem atualização da página]. Disponível em <<http://www.universopolicial.com/2009/09/boletim-de-ocorrencia-policial.html>> Acesso em: 13 maio 2015.

RICOEUR, Paul. **Sobre a tradução**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SAID, Fabio M. **Fidusinterpres**: a prática da tradução profissional. São Paulo: Edição do autor, 2010.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.252, de 17 de dezembro de 2003**. Publicado em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>> Acesso em: 18 de setembro de 2014.

SARCEVIC, Susan. Challenges to the Legal Translator. In: TIERSMA, P.; SOLAN, L. (Ed.). **Language and Law**. Oxford, Nova Iorque: Oxford, 2012.

SWALES, John M. **Genre analysis**: english in academic and research settings. Cambridge: Cambridge Univ., c1990.

_____. **Research genres**: explorations and applications. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2004.

TOOLAN, Michael J. **Narrative**: a critical linguistics introduction. First published. London, 1988.

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Lições de linguagem jurídica**: da interpretação à produção do texto / Alda da Graça Marques Valverde, Néli Luiza Cavalieri Fetzner, Nelson Carlos Tavares Junior. 2.ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENUTI, Lawrence. **The translation studies reader**. 2nd ed. London: Routledge, 2004.

VERMEER, Hans. J. Skopo and commission in translational action. In: VENUTI, Lawrence. **The translation studies reader**. 2nd ed. London: Routledge, 2004.

Wordreference.com. **English to French, Italian, German & Spanish Dictionary - WordReference.com**. Disponível em: <<http://www.wordreference.com>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética – Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RELATOS DE OCORRÊNCIA (RO) NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO TURISTA DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA E TRADUTÓRIA

Pesquisador: Carmen Rosa Caldas-Coulthard

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 42155015.9.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.058.991

Data da Relatoria: 11/05/2015

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa apresentado a este Comitê pela aluna do CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - Marina Piovesan Gonçalves Orientada pela Prof. Carmen Rosa Caldas-Coulthard.

Neste projeto de pesquisa intenciona-se encontrar aspectos linguístico legais da comunicação em Relatos de Ocorrências em delegacia especializada. Como exemplo de possíveis implicações podemos citar: a condução das respostas pela orientação das perguntas (perguntas retóricas), omissão de fatos e falas (tradução), falantes sem oportunidade de fala ou com cerceamento da fala, incorrendo-se em infrações de direito comum.

O/A depoente estrangeiro/a poderá narrar fatos em que esteve envolvido/a de duas formas: ou em sua língua materna (inglês) ou em língua portuguesa. Caso use a língua inglesa, caberá ao/a escrivão/, em primeiro lugar, traduzir o relato oral para uma forma escrita e concomitantemente da língua inglesa para a língua portuguesa (tradução interlingual). Se no entanto o/a depoente apresentar os fatos em língua portuguesa, oralmente, o/a policial responsável registra os fatos na forma escrita (tradução intralingual). Contudo a pesquisadora irá ater-se a RO já registrados e disponibilizados pela autoridade

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima,
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.058.991

competente conforme comprovado em documentação anexada.

Assim há risco de haver outro vies na pesquisa intencionada já que por estes processos discursivos serem extremamente complicados e, se as pessoas envolvidas no forem capacitadas e competentes o suficiente, levantamos a hipótese que poderá haver uma interpretação errônea dos acontecimentos. Se o RO for feito sem conhecimentos adequados das línguas envolvidas no processo comunicativo, posteriormente, quando julgado, o fato estará exposto a possíveis diferentes interpretações/entendimentos (por parte da pessoa responsável pelo julgamento/sentença). E isto certamente é um grande problema no mundo jurídico que precisa ser avaliado para uma posterior mudança da prática discursiva.

Objetivo da Pesquisa:

Este estudo tem por objetivo principal investigar de que forma ocorre o processo comunicativo de Relatos de Ocorrência (RO), envolvendo agentes governamentais e estrangeiros/as na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O presente estudo em nada influenciará o processo judicial do qual o/a participante fará parte. Entretanto, outros riscos de menor natureza poderão ocorrer, tais como a possibilidade que, mesmo subtraindo-se identificações e nomes alguém possa identificar o/a participante. No entanto, é importante ressaltar que todos os esforços serão feitos para a proteção dos participantes e conteúdo através de estratégias de análise. Ao final da pesquisa, os resultados do estudo serão tornados públicos, mas a identidade dos/as participantes será totalmente preservada e não será incluída nenhuma informação que possa identificá-los(as). Somente as pesquisadoras deste projeto terão acesso aos dados coletados.

Benefícios: Os/as participantes deste estudo estarão ajudando a entender como ocorrem os processos comunicativos da TD e se beneficiarão com as conclusões alcançadas, pois serão informados/as de suas próprias práticas discursivas, seus acertos e/ou falhas. Isso no futuro poderá permitir melhorias nos serviços disponíveis na DPTUR e conscientização de processos interativos. Acreditamos ser de essencial importância a capacitação de profissionais que encontram-se nestes locais, já que é um ambiente em que as pessoas encontram-se em alguma situação vulnerável de crime, seja uma simples perda de documento

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima,
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.058.991

ou então um roubo/assalto. Um futuro treinamento dos/as agentes envolvidos/as, baseado nas conclusões da pesquisa, será de grande valia, visando o posterior aprimoramento de suas profissões. Estrangeiros/as que tenham que se dirigir à DPTUR serão também beneficiados/as, pois seus problemas poderão ser resolvidos de uma maneira mais eficaz e de modo legal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Mesmo considerando que não serão mais assistidos os RO, a pesquisadora mantém a relevância da pesquisa e apresenta os documentos relativos ao parecer anterior de modo adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE para o participante funcionário foi apresentado.

Pesquisadora coloca que serão usados arquivos e portanto não será possível solicitar TCLE do Depoentes e que o acesso a estes foi autorizado pelo Delegado responsável.

Recomendações:

Apos a carta resposta contemplar de modo satisfatório as ponderações do parecer anterior este comitê indica a aprovação da presente pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendencias apontadas forma contempladas em carta resposta e optamos por aprovar a pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 12 de Maio de 2015

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), R: Desembargador Vitor Lima,
Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Anexo 2– TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participante de pesquisa

Título do Projeto: Relatos de Ocorrência (RO) na Delegacia de Proteção ao Turista de Santa Catarina: uma análise discursiva e tradutória.

Gostaria de convidar você, funcionário da Delegacia de Proteção ao Turistas de Santa Catarina – DPTUR, para participar dessa pesquisa sobre processos comunicativos de Relatos de Ocorrência (RO), envolvendo agentes governamentais (policiais civis) e turistas estrangeiros/as na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. O Relato de Ocorrência é um tipo de interação peculiar ao contexto jurídico e é um exemplo de comunicação não cooperativa, já que acontece em um ambiente de conflito e/ou crime – o relato de um evento criminal. O foco principal desta pesquisa é a descrição desta interação (policiais-turistas estrangeiros/as), para que se possa avaliar a atuação linguística desenvolvidos nestas situações. Pretende-se, então, investigar dois tipos de documentos: os textos produzidos em duas línguas [língua inglesa e seu respectivo em língua portuguesa] e os textos produzidos apenas em língua portuguesa, pela pessoa responsável/escrivão. Se você aceitar participar, por favor, leia esse termo de consentimento e, se concordar com as informações aqui apresentadas, assinie onde indicado. Eu, igualmente assinarei este termo, como também a orientadora desta pesquisa a professora doutora Carmen Rosa Caldas-Coulthard. Uma cópia deste termo que contém seis (06) páginas ficará comigo, pesquisadora responsável pelo projeto, e outra ficará com você.

Objetivo do Estudo: Este é um estudo prático averiguativo, que visa investigar e analisar de que forma ocorre o processocomunicativo de Relato de Ocorrência (RO) produzido pelo/a agente de polícia responsável em situações envolvendo estrangeiros/as, de língua inglesa, na Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) da Capital do Estado de Santa Catarina, verificando a competência linguística dos/as envolvidos/as no processo. Assim sendo, o presente projeto visa colher dados reais e práticos para análise com o objetivo de analisar o material escrito e suas possíveis traduções intra e interlingual. O objetivo do projeto é aprimorar a forma com que os Relatos de Ocorrências são desenvolvidos em termos de comunicação e em termos também de direito e igualdade entre os/as participantes estrangeiros/as.

Procedimentos: Primeiramente foram coletadas duas autorizações na Diretoria Geral da Polícia Civil (DPGF), com o delegado responsável o Senhor Juarez Souza de Medeiros. Uma delas é para a aplicação do Questionário e a outra autorização será para a coleta dos Relatos de Ocorrências (RO) escritos. O trabalho será realizado, desta forma, em duas partes:

- A primeira será a aplicação de um questionário com os/as policiais que trabalham na Delegacia. Das 10 (dez) questões desenvolvidas neste questionário, algumas delas são: “Que tipo de contrato há entre a delegacia e os/as funcionários/as?”; “Se os funcionários/as possuem conhecimento de uma segunda língua/língua estrangeira”; “Quais as nacionalidades dos/as estrangeiros/as que buscam esse tipo de serviço?”; “Com que frequência há a tomada desses relatos?”; “Que tipos de crimes geralmente ocorrem?”; “Em que condições os relatos eram realizados?”, entre outras.
- A segunda parte será a coleta dos ROs no modo escrito, apenas, para analisar de que forma se encontram as narrativas realizadas (português/inglês ou apenas em português).

É importante que você, participante, saiba que:

1. Todos os nomes e quaisquer identificações serão subtraídos, ocultados e cortados, excluindo assim qualquer possibilidade de identificação, conforme abaixo:

RESUMO DA OCORRENCIA POLICIAL - NAO VALIDO COMO DOCUMENTO



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2014 - Número 00004

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL -

FATO

Data da Comunicação: 01/01/2014 10:54

Data do Fato: 01/01/2014 02:00

Data/Hora Incerta:

Local do Fato:

Ponto de Referência:

Fato Comunicado:

Fato Comunicado:

Tipificação do

Furto de eletroeletrônicos

Fato:

PARTICIPANTE(S)

A APURAR : (Autor-Furto de eletroeletrônicos)

Mãe: Pai: - Município: FLORIANÓPOLIS - Estado: SANTA CATARINA - País: BRASIL

Sexo: Não Informado Estado Civil: Não Informado Nacionalidade: Não Informado

Grau de Instrução: Não Informado Profissão: Não Informado Local de Trabalho:

Endereço(s)

NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO , , NÃO INFORMADO , - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO

(31 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto de eletroeletrônicos)

Mãe: Pai: Nascimento: - Município:

Estado: ISRAEL - País: ISRAEL

Sexo: Feminino Estado Civil: Nacionalidade: Estrangeiro

Grau de Instrução: Profissão: Local de Trabalho:

Endereço(s)

NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO , , NÃO INFORMADO, EVEN SHMUEL ST. 97234 - JERUSALEM - ISRAEL , - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO

Telefone(s)

Celular:

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata a comunicante que na madrugada de hoje, pelas 02h, durante festa de Revellion na praia do rosa, na cidade de Imbituba/SC, teve furtada do interior de sua bolsa uma câmera fotográfica da marca Canon, modelo powershot SX280 HS; QUE, segundo a comunicante a câmera custa em valor convertido para o sistema monetário brasileiro, aproximadamente R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais), necessitando a comunicante do registro policial, para fins de acionar seguro na cidade de Jerusalem, no país Israel; QUE, não possui suspeitos do furto. É o Relato.

Riscos e confidencialidade: O presente estudo em nada influenciará o processo de R. O do qual você fez/faz parte, pois são casos já ocorridos. Entretanto, outros riscos de menor natureza poderão ocorrer, tais como ansiedade, constrangimento e nervosismo por estar participando de tal estudo e que eventualmente poderá levá-lo a abster-se de falar ou fazer coisas que faria ou falaria caso não houvesse sendo observado ou também

por informar modos e maneiras (nos questionários) com as quais a polícia trabalha/utiliza e que poderiam ser apenas de uso interno da corporação. No entanto, é importante que você saiba que todos os esforços serão feitos para a proteção do conteúdo. Você também poderá desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização, tendo plena liberdade de recuar-se ou retirar seu consentimento. Ao final da pesquisa, os resultados do estudo serão tornados públicos, mas sua identidade será **totalmente** preservada e não será incluída nenhuma informação que possa identificá-lo(a). Somente os pesquisadores deste projeto terão acesso aos dados coletados. Faça aqui um adendo importante, de acordo com o item g) da Resolução 466/12:

- Sobre ressarcimentos materiais, informo que não existirá nenhum tipo de gasto, pois todos os valores serão custeados por financiamento próprio e os funcionários já estarão presentes em seus locais de trabalho, ou seja, já existiria um deslocamento por esse motivo e não especificamente para a participação desta pesquisa.
- Sobre ressarcimentos físicos e psicológicos da (possível) vítima, informo que não existirá mais esse contato direto, já que os depoimentos utilizados como *corpus* serão apenas escritos, ocorridos em anos passados, conforme autorização do Delegado Geral da Polícia Civil [209 a 2015].
- Sobre ressarcimentos físicos e psicológicos com os funcionários, informo que para a atividade nesta pesquisa, nada será diferente de suas atividades diárias. Ele/ela terá o trabalho apenas de imprimir os documentos (ROs) e este será o único contato com as pesquisadoras, por isso afirma-se que o dano que poderá ocorrer é o constrangimento, nervosismo ou ansiedade de existir uma pessoa de fora da corporação no seu local de trabalho (as pesquisadoras). E, caso isso ocorra, solicitamos que nos informe imediatamente para que seja cumprido o item d) desta resolução, que é a desistência imediata sem qualquer dano ou penalização para o funcionário.

Benefícios: Participando do estudo você não terá ganhos próprios, porém estará ajudando a entender como ocorrem os processos comunicativos de RO e se beneficiando com as conclusões alcançadas, pois serão informados/as de suas próprias práticas discursivas, seus acertos e/ou falhas. Isso no futuro poderá permitir melhorias nos serviços disponíveis na DPTUR e conscientização de processos interativos. Acreditamos ser de essencial importância a capacitação de profissionais que trabalham nestes locais, já que é um ambiente em que as pessoas encontram-se em alguma situação vulnerável, seja uma simples perda de documento ou então um roubo/assalto.

Um futuro treinamento dos/as agentes envolvidos/as, baseado nas conclusões da pesquisa, será de grande valia, visando o posterior aprimoramento de suas profissões. Estrangeiros/as que tenham que se dirigir à DPTUR serão também beneficiados/as, pois seus problemas poderão ser resolvidos de uma maneira mais eficaz e de modo legal.

Natureza voluntária do estudo: Sua decisão de participar ou não deste estudo não irá afetar você ou sua relação com a Polícia Civil e/ou com qualquer outra pessoa envolvida. Se você decidir participar e depois desistir, não há problema algum. Você poderá desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização, tendo plena liberdade de recuar-se ou retirar seu consentimento. Peço apenas que nos notifique, através de um dos e-mails listados abaixo ou por telefone. Para contato telefônico, falar com Marina nos telefones: (48) 9941-9784 ou (48) 3025-7238. Você não precisa se justificar.

Contatos: As pesquisadoras responsáveis por este estudo são a Mestranda Marina Piovesan Gonçalves (mahpgoncalves@gmail.com) e a Profª. Drª. Carmen Rosa Caldas-Coulthard (carmenrosacaldas@gmail.com). Para contatá-las você pode enviar um e-mail para um dos endereços acima.

Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos (CEPSH): Universidade Federal de Santa Catarina, prédio da Reitoria (II), edifício Santa Clara. Fone 048.3721-6094, cep.propesq@contato.ufsc.br.

Declaração de Consentimento

Declaro que li as informações acima. Quando necessário fiz perguntas e recebi esclarecimentos. Eu concordo em participar do estudo.

Nome do participante:

Assinatura do participante:

Assinatura dos Pesquisadores Responsáveis

Drª. Carmen Rosa Caldas-Coulthard – Orientadora

Marina Piovesan Gonçalves – Pesquisadora

Data: _____

Anexo 3 – Autorização para a aplicação dos questionários



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE POLÍCIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Delegado Juarez de Souza Medeiros, Diretor de Polícia da Grande Florianópolis – DPGF, autorizo a estudante de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, Marina Piovesan Gonçalves, matrícula 201305726, à aplicar um questionário (anexo à esta autorização, composto por um documento intitulado “Aplicação do Questionário” de uma (01) página e outro documento intitulado “Questionário” com a quantidade de três (03) páginas, contendo dez (10) perguntas) sobre o funcionamento da Delegacia de Proteção ao Turista da cidade de Florianópolis, a fim de possuir conhecimento suficiente para o desenvolvimento de sua pesquisa intitulada “Análise tradutória de Tomadas de Depoimentos (TD) na Delegacia de Proteção ao Turista da Capital do Estado de Santa Catarina”. Solicito também cooperação, por parte dos funcionários responsáveis pela DPTUR, para que as informações estejam de acordo com a realidade existente em tal Delegacia.

A pesquisa está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nada mais tendo a declarar e por esta ser a máxima expressão da verdade, assino esta em

Florianópolis, 04 agosto de 2014

Juarez de Souza Medeiros
Delegado de Polícia Especial
Diretoria de Polícia da
Grande Florianópolis

Juarez de Souza Medeiros

Diretor de Polícia da Grande Florianópolis - DPGF

Anexo 4 - Declaração (minha) sobre o questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Aluna: Marina Piovesan Gonçalves


Orientadora: Profa. Dra. Carmen Rosa Caldas-Couthard

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Questionário, em anexo, a ser aplicado na Delegacia de Proteção ao Turista do Estado de Santa Catarina (DPTUR), localizada em Florianópolis - Capital do Estado, seguido de entrevista.

Eu, Marina, declaro que serão utilizados apenas os dados informados pelo(a) funcionário(a) que aplica a Tomada de Depoimento (TD), a qual terá sua integridade mantida em sigilo, sendo intitulado/a de “*Funcionário/a 1, funcionário/a 2* e, assim respectivamente, conforme necessidade”.

Funcionário(a): Agradeço desde já sua atenção, peço desculpa por qualquer incômodo e justifico que, com essa pesquisa, muitas melhorias podem acontecer neste ambiente de trabalho, local de real importância e também funcionalidade para o turista e para a segurança pública do Estado.

 (Assinatura)
Marina Piovesan Gonçalves

Marina Piovesan Gonçalves
Tradutora-Revisora
CPF: 048.801.939-76

Anexo 5 - Questionário



QUESTIONÁRIO

1. Que tipo de contrato empregatício você tem com a DPTUR (Ex.:
Concursado/Terceirizado/Contratado)?

R:

2. Quais as nacionalidades dos estrangeiros que frequentam a DPTUR?

R:

3. Com que frequência há relatos de Tomada de Depoimento (TD)?

R:

4. Que tipo de crimes geralmente são relatados na delegacia?

R:

5. Em que língua os turistas estrangeiros relatam seus problemas? Se não forem capazes de utilizar a Língua Portuguesa, o que ocorre?

R:

6. Você, funcionário, possui conhecimento em uma Língua Estrangeira? Se sim, qual?

R:

7. Se algum interprete é chamado para fazer a tradução/interpretação do fato, qual sua qualificação?

R:

8. Em que condições a Tomada de Depoimento é realizada? (Escrita, áudio ou vídeo) Favor descrever alguma situação.

R:

9. Quem transcreve/digita/toma do Depoimento? Como isto é feito?

R:

10. A delegacia dispõe de uma pessoa especializada em línguas estrangeiras, conforme disposto no Artigo 223 do Código Processual Penal Brasileiro, para que o turista possa utilizar com segurança sua língua materna (inglês/português)?

R:

(Assinatura)

Nome do funcionário(a):

Anexo 6 - Autorização para a coleta dos cinco depoimentos/relatos escritos e/ou orais



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE POLÍCIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Delegado Juarez de Souza Medeiros, Diretor de Polícia da Grande Florianópolis – DPGF, autorizo a estudante de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, Marina Piovesan Gonçalves, matrícula 201305726, à estar presente ou, na ausência dessa possibilidade, ter acesso a cinco (05) eventos comunicativos escritos de Tomadas de Depoimentos realizados pela Delegacia de Proteção ao Turista de Florianópolis, conforme autorização da vítima/representante/responsável. Os eventos podem ser escritos, gravados em áudio ou vídeo, por meio de um gravador, conforme justificativa de estudos em anexo. As informações de identidades dos/as estrangeiros/as depoentes serão preservadas e omitidas, sendo utilizada somente a informação de nacionalidade e, desta fora, serão assim intitulados apenas como “Depoente 1, 2, 3, 4 e 5”.

Florianópolis, 04 agosto de 2014

Juarez de Souza Medeiros
Delegado de Polícia Especial
Diretor de Polícia da
Grande Florianópolis

Juarez de Souza Medeiros

Diretor de Polícia da Grande Florianópolis - DPGF

Anexo 7 - Dezesesseis (16) Relatos de Ocorrências selecionados para o Corpus

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 01



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2009 - Número 00002

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 01/01/2009 16:34

Data do Fato: 01/01/2009

Data/Hora Incerta: INCERTA

Local do Fato(Casa Comercial): Rua TERLUNIANO BRITO XAVIER Nº 3308, RESTAURANTE, JURERÊ, FLORIANÓPOLIS

Ponto de Referência: FRENTE RESTAURANTE TAIKÔ

Fato Comunicado: Roubo a Transeunte

Fato Comunicado: Roubo a Transeunte

Tipificação do Fato: Roubo a Transeunte

PARTICIPANTE(S)

(30 anos) : (Vítima-Roubo a Transeunte)

Mãe: **Pai:** **Nascimento:** 11/5/1978 - **Município:** NÃO INFORMADO

- **Estado:** AUSTRIA - **País:** AUSTRIA

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Superior Completo **Profissão:** Piloto de Aeronaves **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: ZIMMERMANNASSE 1090, , , , - NÃO INFORMADO - AUSTRIA - AUSTRIA

Email(s)

Email: 69913304400

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata o comunicante que encontrava-se na praia de Jurerê, em frente ao Restaurante Taikô, quando foi agredido no rosto por dois rapazes, sendo um branco, com boné de beisebol e outro negro, com idade aparente de 18 anos e lhe roubaram um relógio de marca Jetset e uma câmara digital, marca Sony T100. Era o registro.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Objetos Diversos: Roubado(a)

Espécie: Máquina fotográfica **Qtd:** 1 **Unidade de Medida:** Unidade(s) **Outras Informações:**

Espécie: Relógio **Qtd:** 1 **Unidade de Medida:** Unidade(s) **Outras Informações:**

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 02



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2009 - Número 00520

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 25/02/2009 10:08

Data do Fato: 20/02/2009

Data/Hora Incerta: indeterminada,

Local do Fato(Via Pública): Desconhecido Nº , , , BUENOS AIRES

Ponto de Referência: via pública

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

Tipificação do

Fato: Perda de Documento/Objetos, Atendimento ao turista estrangeiro

PARTICIPANTE(S)

(26 anos) : (Vítima-Perda de Documento/Objetos), (Vítima-Atendimento ao turista estrangeiro)

Mãe: **Pai:** **Nascimento:** 10/11/1982 - **Município:** NÃO INFORMADO - **Estado:** HOLANDA - **País:** HOLANDA

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Alfabetizado **Profissão:** Estudante **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: FINOCHIETTO 617, , SAN TELMO, TELEFONE 31648461006, - BUENOS AIRES - ARGENTINA - ARGENTINA

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata a Vítima que extraviou sua passagem da empresa Pluma, com destino a Buenos Aires, com saída no dia 25.02.2009, do Terminal Rita Maria, às 10:15 hrs, poltrona nº 10.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Documentos Diversos:Perdido(a)

Tipo: CRV (DUT) **Estado:** SANTA CATARINA **Número:** **Outras Informações:**

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 03



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2010 - Número 00634

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 28/02/2010 17:50

Data do Fato: 27/02/2010 __: __

Data/Hora Incerta: INCERTA

Local do Fato(Via Pública): Rua ALVARO ANES Nº 97, , PINHEIROS, SÃO PAULO

Ponto de Referência: BAR SECRETO

Fato Comunicado: Furto de Aparelho Celular

Fato Comunicado: Furto de Aparelho Celular

Tipificação do Fato: Furto de Aparelho Celular

PARTICIPANTE(S)

(22 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto de Aparelho Celular)

Mãe: _____ **Pai:** _____ **Nascimento:** 12/4/1987 - **Município:** LONDRES - **Estado:** INGLATERRA - **País:** INGLATERRA

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Não Informado **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Não Informado **Profissão:** Não Informado **Local de Trabalho:** _____

Endereço(s)

Residencial: MARAIKEN S/N, CASA, HEVERSHAM, , - NÃO INFORMADO - INGLATERRA - INGLATERRA

Telefone(s)

Para Contato: 0153956404

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata-nos que furtaram seu aparelho apple i-phone Black(IMEI 011982003051592) no bar de nome bar secreto no bairro pinheiros em São Paulo - SP, informa ainda que vai ficar em santa catarina até o dia 04 de fevereiro de 2010 no endereço Av. antonio borges dos santos 737 - praia da armação - sul da ilha/SC. é o registro.

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 04



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2010 - Número 00642

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 01/03/2010 11:59

Data do Fato: 27/02/2010 ___:___

Data/Hora Incerta: Durante dia

Local do Fato(Estabelecimento Comercial): Avenida Paulo Fontes Nº , , , FLORIANÓPOLIS

Ponto de Referência: Rodoviária

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

Tipificação do

Fato:

Perda de Documento/Objetos, Atendimento ao turista estrangeiro

PARTICIPANTE(S)

(22 anos) : (Comunicante), (Vítima-Perda de Documento/Objetos), (Vítima-Atendimento ao turista estrangeiro)

Mãe: _____ **Pai:** _____ **Nascimento:** 19/2/1988 - **Município:** NÃO INFORMADO - **Estado:** ESTADOS UNIDOS - **País:** ESTADOS UNIDOS

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Ensino médio completo **Profissão:** Estudante **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: Argomedo 373, Apto 403, Centro, , - SANTIAGO - CHILE - CHILE

Relato Individual: Conta-nos o Sr. NICHOLAS RAYMOND MOEHLE, com carteira de identidade nº 23.222.323-5 Chilena, que extraviou sua passagem de ônibus da empresa EGA, com destino Florianópolis / Porto Alegre, com partida as 12:45h do dia de hoje (01-03-2010).

OBJETOS ENVOLVIDOS

Documentos Diversos: Extraviado(a)

Tipo: Nenhum Documento Apresentado **Estado:** SANTA CATARINA **Número:** **Outras**

Informações: Passagem ônibus

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 05



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2010 - Número 00554

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 20/02/2010 12:06

Data do Fato: 16/02/2010 ___:___

Data/Hora Incerta: por volta das 17h

Local do Fato(Residência Particular): Rua dos Rubis Nº 80, casa, Balneario dos Açores/, FLORIANÓPOLIS

Ponto de Referência: próximo a um canil.

Fato Comunicado: Furto em Residência

Fato Comunicado: Furto em Residência

Tipificação do

Fato: Furto em Residência

PARTICIPANTE(S)

(35 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto em Residência)

Mãe: _____ **Pai:** _____ **Nascimento:** 25/7/1974 - **Município:** LONDRES

- **Estado:** INGLATERRA - **País:** INGLATERRA

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Divorciado **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Ensino médio completo **Profissão:** Carpinteiro **Local de Trabalho:** _____

Endereço(s)

Residencial: west lane 29, , BERMONDSEY, , - LONDRES - INGLATERRA - INGLATERRA

Telefone(s)

Residencial: _____ **Para Contato:** _____ **Para Contato:** _____

Email(s)

Email: _____

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata o comunicante que é turista estrangeiro e veio até a casa de seu amigo passar o verão e saiu da residência às 16h do dia acima mencionado, que ao retornarem por volta das 00h, notaram que a estante da casa estava revirada, e no outro dia sentiram falta: 01 Laptop da marca Sony da cor branca, desgastado próximo ao teclado (tomada há um adaptador universal, com entrada usb, já que a tomada seria para plugar na rede elétrica na Inglaterra), 01 Camera Digital da marca Sony, Cybershot, da cor prata, (semi-nova) e a quantia de R\$900,00 (novecentos reais em espécie), 01 I-pod da cor branca, 01 Carteira da cor preta, 01 Cartão da bandeira American Express, 01 Cartão da bandeira Master Card, 01 Cartão do banco Lloyds TSB, 01 Cartão do banco MBNA, Cartão do banco Halifax, 01 Documento da carteira de motorista, 01 Chave da casa em Londres (um chaveiro com abridor de garrafa de prata, gancho) e a quantia de 80 libras esterlinas e a Chave de seu carro Audi e ainda 01 Mochila de porte pequeno da cor preta com o símbolo da Quicksilver em vermelho, 01 Pendrive da marca Renault da cor cinza, (que continha Fotos pessoais) e lembra também que um documento com endereços do comunicante em Londres e um 01 fone de ouvido do celular Sony Ericsson; Que foi sabido do local saiu um veículo VW/GOLF (com película clara) da cor prata, com dois indivíduos, sendo que um deles estava com uma mochila preta da Quicksilver; Que um dos indivíduos foi abordado na rua pelo segurança da empresa GARRA, (sendo o cunhado do proprietário (POPO 9977-1610)), porém o indivíduo falou que estava andando, sendo assim não foi possível fazer nada; E a característica de um dos indivíduos é: 1.70mts, mulato, aproximadamente 20 anos; Que não havia sinais de arrombamento que o comunicante e acredita que o furto deve ter ocorrido por volta das 17h e 17h30min.

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 06

 REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2011 - Número 00680

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 27/02/2011 14:11

Data do Fato: 27/02/2011 12:00

Data/Hora Incerta:

Local do Fato(Via Pública): Avenida Beira Mar Nº sn, , Centro, FLORIANÓPOLIS

Ponto de Referência: Proximidades do Shopping

Fato Comunicado: Acidente de trânsito (apenas danos materiais)

Fato Comunicado: Acidente de trânsito (apenas danos materiais)

Tipificação do Fato: Acidente de trânsito (apenas danos materiais)

PARTICIPANTE(S)

(32 anos) : (Comunicante), (Vítima-Acidente de trânsito (apenas danos materiais))

Mãe: **Pal:** **Nascimento:** 27/8/1978 - **Município:** NÃO INFORMADO - **Estado:** ESTADOS UNIDOS - **País:** ESTADOS UNIDOS

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Casado **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Não Informado **Profissão:** Empresário **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: 21TH STREET 1223, , SANTA MONICA, ENDEREÇO EM FLORIANOPOLIS ATÉ 28.02.11
POUSADA DOS CHÁS - Rua Francisco Gouvea, 54 - Jurene SC, 88053-640 (0xx)48 3282-9112 , - NÃO INFORMADO - ESTADOS UNIDOS - ESTADOS UNIDOS

Email(s)

Email:

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata que estava saindo do semáforo fechado na referida via conduzindo o veículo VW Gol locado pela Empresa Hertz, quando um veículo Ford Fiesta que vinha de trás, no mesmo sentido e em alta velocidade colidiu com a lateral do veículo do comunicante, causando avarias no pára-choque e pára-lamas do lado esquerdo dianteiro. Que o condutor do Fiesta evadiu-se do local em seguida, porém o declarante e sua esposa anotaram a placa, sendo esta MBM-6387.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Veículo:Envolvido em acidente

Placa: MHL5858 **Renavam:** 253979919 **Chassi:** 9BWAA05U1BT110396

Licenciamento: FLORIANÓPOLIS - BRASIL - SANTA CATARINA - Automóvel - Cinza -

Marca Modelo: VW/GOL 1.0 **Ano Fabricação:** 2010

Complemento: Proprietário: ARQUIPELAGO TURISMO SA Situação: Sem restrição de furto/roubo

Veículo:Envolvido em acidente

Placa: MBM6387 **Renavam:** 743531590 **Chassi:** 9BFBSZFHYB337543

Licenciamento: PALHOÇA - BRASIL - SANTA CATARINA - Automóvel - Prata -

Marca Modelo: FORD/FIESTA GL **Ano Fabricação:** 2000

Complemento: Proprietário: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Situação: Sem restrição de furto/roubo

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 07



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2011 - Número 00656

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 24/02/2011 20:17

Data do Fato: 23/02/2011 22:00

Data/Hora Incerta:

Local do Fato(Estabelecimento Comercial): Rua Um Bar da Lagoa da Conceição Nº sn, , Lagoa, FLORIANÓPOLIS

Fato Comunicado: Furto Punguista

Fato Comunicado: Furto Punguista

Tipificação do Fato: Furto Punguista

PARTICIPANTE(S)

(22 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto Punguista)

Mãe: **Pai:** **Nascimento:** 18/5/1988 - **Município:** NÃO INFORMADO - **Estado:** AUSTRALIA - **País:** AUSTRALIA

Sexo: Feminino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Superior (Cursando) **Profissão:** Estudante **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: Annadark 720 4357, , Millmerran, Endereço em Florianópolis até Domingo 27.02.11 no Hostel Tucano House na Lagoa da Conceição 48 3207 8287 , - NÃO INFORMADO - AUSTRALIA - AUSTRALIA

Email(s)

Email:

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata que estava no interior de um bar na Lagoa da Conceição, quando percebeu que sua bolsa estava aberta. Que percebeu que havia sido subtraída, uma camera digital de Marca Sony Cybershot, de cor preta com prata.

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 09



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2012 - Número 00578

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 26/02/2012 21:58**Data do Fato:** 26/02/2012 20:30**Data/Hora Incerta:****Local do Fato**(Casa Noturna): Rua P12 Nº XX, , Jurerê Internacional, FLORIANÓPOLIS**Fato Comunicado:** Apresentação de pessoa na Delegacia por Agente Público, Furto Punguista**Fato Comunicado:** Apresentação de pessoa na Delegacia por Agente Público, Furto Punguista**Tipificação do Fato:** Furto Punguista

PARTICIPANTE(S)

(27 anos) : (Testemunha)

Mãe: **Pai:** **Nascimento:**
 23/12/1984 - Município: FLORIANOPOLIS - Estado: SANTA CATARINA - País: BRASIL
Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Brasileiro
Grau de Instrução: Ensino médio incompleto **Profissão:** Vigia **Local de Trabalho:**
Endereço(s)
Residencial: MANOEL LOUREIRO S/W, CASA, BARRETOS, , - SÃO JOSÉ - SANTA CATARINA - BRASIL
Não Informado: LOTEAMENTO BOA VISTA 77, CASA, JOSE NITO, , - SÃO JOSÉ - SANTA CATARINA - BRASIL
Telefone(s)
Comercial: 4884698953 **Celular:** 4884068953
Documento(s)
Carteira de Habilitação : 5057954161 **UF:** **Emissão:** 4/11/2010 - DETRAN SC
Carteira de Identidade (RG) : 4600929 **UF:** **Emissão:** 11/1/1999 - Secretaria de Segurança Pública /SC
CPF : 4278164912 **UF:** **Emissão:** -
Email(s)
Email:

(24 anos) : (Comunicante),

(Condutor (APF))

Mãe: **Pai:** **Nascimento:**
 18/11/1987 - Município: RIO DO SUL - Estado: SANTA CATARINA - País: BRASIL
Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Brasileiro
Grau de Instrução: Superior Incompleto **Profissão:** Policial Militar **Local de Trabalho:**
Endereço(s)
Residencial: Antônio Schroeder 300, 7º BPH, Barreiros, , - SÃO JOSÉ - SANTA CATARINA - BRASIL
Telefone(s)
Residencial: 4832425153 **Celular:** 4888035515
Documento(s)
Carteira de Habilitação : 3766843809 **UF:** **Emissão:** 29/1/2010 - DETRAN SC
Carteira de Identidade (RG) : 4646745 **UF:** **Emissão:** 29/8/2000 - Secretaria de Segurança Pública /SC
Email(s)
Email:

(28 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto)

Punguista)

Mãe: **Pai:** **Nascimento:** 24/3/1983 -

(continuação)

Município: CRICIÚMA - **Estado:** SANTA CATARINA - **País:** BRASIL
Sexo: Feminino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Brasileiro
Grau de Instrução: Superior Completo **Profissão:** Produtor Espetáculos Públicos **Local de Trabalho:** PRODUTORA DE EVENTOS NA IN LOCO MARKETING PROMOCIONAL.
Endereço(s)
Residencial: JOÃO PAULO 1030, APTO 201 A, SANTA MONICA, , - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL
Não Informado: 5112 DE SOUZA 14, APTO 185, CENTRO, , - BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SANTA CATARINA - BRASIL
Telefone(s)
Residencial: 4899895678 **Comercial:** 4832382200 **Celular:** 4899895678 **Para Contato:** 4891565893
Documento(s)
Carteira de Habilitação : 1811471811 **UF:** **Emissão:** 14/5/2007 - DETRAN SC
Carteira de Identidade (RG) : 2782266 **UF:** **Emissão:** 9/7/1998 - Secretaria de Segurança Pública /SC
CPF : 71213112915 **UF:** **Emissão:** - Secretaria da Receita Federal
Email(s)
Email: tallypg@hotmail.com

Relato Individual: Relata a vítima que estava no Deck localizado em frente ao P12, no Bairro Jurere Internacional, quando um masculino se aproximou do local onde estavam e começou a perturbar; Que, em seguida alguns amigos da vítima que ali estavam, tirara-no do local; Que, mesmo assim o referido masculino permaneceu nas proximidades do local; Que, de repente a vítima constatou que o masculino saía sorrateiramente, tendo em seguida constatado que havia sido furtada sua bolsa que estava em cima de um sofá no Deck; Que, assim que constatou tal fato acionou o seguranças do estabelecimento, tendo o masculino sido detido por estes e sua bolsa recuperada.

(20 anos) : (Conduzido-Furto

Punguista)
Mãe: **Pai:** **Nascimento:** 9/9/1991 -
Município: NAO INFORMADO - **Estado:** INGLATERRA - **País:** INGLATERRA
Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro
Grau de Instrução: Ensino médio (cursando) **Profissão:** Estudante **Local de Trabalho:**
Endereço(s)
Residencial: HOTEL/POUSADA - HILTOP HOSTEL , , LAGOA DA CONCEIÇÃO, , - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL
Email(s)
Email:

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata o comunicante que foram acionados pelo Copom, informado sobre um furto ocorrido no interior do P12, no Bairro Jurere Internacional; Que, deslocaram-se até o local, onde foi verificado que os seguranças do P12, estavam com o indivíduo que havia furtado uma bolsa de uma frequentadora do referido local; Que, a vítima estava no local aguardando a polícia para os procedimentos administrativos cabíveis.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Objetos Diversos: Furtado(a)
Espécie: Outros **Qtd:** 1 **Unidade de Medida:** Unidade(s) **Outras Informações:** bolsa contendo seus documentos e pertences pessoais

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 10



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2013 - Número 00497

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 25/02/2013 09:09

Data do Fato: 23/02/2013 12:00

Data/Hora Incerta:

Local do Fato(Desconhecido): Rua Desconhecido Nº , , CENTRO, SÃO PAULO

Ponto de Referência: Banco Tecban - Heito

Fato Comunicado: Estelionato

Fato Comunicado: Estelionato

Tipificação do Fato: Estelionato

PARTICIPANTE(S)

(42 anos) : (Comunicante), (Vítima-Estelionato)

Mãe: INFORMADO - **Estado:** ITÁLIA - **Pai:** ITÁLIA - **Nascimento:** 8/8/1970 - **Município:** NÃO

Sexo: Masculino - **Estado Civil:** Divorciado - **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Superior Completo - **Profissão:** Estudante - **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: ACELON PACHECO DA COSTA , , ITACORUBI, Endereço de Thays Cristina Meireles.,88034040 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - BRASIL

Relato Individual: O relatante vem por meio deste comunicar a clonagem do seu cartão de crédito do Banco Fineco, bandeira Visa, conta IT 53 F 03015 03200 00000 3337349, cartão: 4030 0300 7102 4742, como consequência desta clonagem foram feitos 3 saques no dia 23/02/2013, nos valores de: 1 - R\$350,00; 2 - R\$350,00; 3 - 300,00. A última vez que o cartão foi utilizado pelo cliente foi em Curitiba, dia 10/02/2013 às 13:56, no valor de R\$800,00. O relatante encontra-se hospedado na residência de Thays Cristina Meireles, na rua: Acelon Pacheco da Costa, 151, Apto 403, Itacorubi, CEP: 88034-040, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Assim fica dito o relato.

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 11



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2013 - Número 00518

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 28/02/2013 15:55

Data do Fato: 24/02/2013 ___:___

Data/Hora Incerta: incerta

Local do Fato(Desconhecido): Desconhecido Desconhecido Nº s/n, Caixa eletrônico, Desconhecido, Desconhecido

Ponto de Referência: Banco Bradesco na cidade de Foz de Iguaçu/PR.

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Crimes eletrônicos (Lei 12.737/12)

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Crimes eletrônicos (Lei 12.737/12)

Tipificação do Fato: Crimes eletrônicos (Lei 12.737/12), Atendimento ao turista estrangeiro

PARTICIPANTE(S)

(38 anos) : (Comunicante), (Vítima-Crimes eletrônicos (Lei 12.737/12)), (Vítima-Atendimento ao turista estrangeiro)

Mãe: _____ **Pal:** _____ **Nascimento:** 23/10/1974 -

Município: NAO INFORMADO - **Estado:** ALEMANHA - **Pais:** ALEMANHA

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Superior Completo **Profissão:** Engenheiro **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Residencial: DASENSTEIN WEG 15, undefined, NÃO INFORMADO, undefined - Cidade 77876 Kappelrodeck / Germany., - NÃO INFORMADO - ALEMANHA - ALEMANHA

Relato Individual: Relata-nos o comunicante ser vítima de clonagem de seu cartão de credito MAESTRO CARD do banco SPARKASSE FREIBURG, na cidade de Foz do Iguaçu/PR., em um caixa eletrônico do Banco Bradesco, sendo sacado posteriormente de sua conta a quantia de 910 euros aproximadamente R\$2.400,00 reais, fato ocorrido na data de 23/02/2013.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Objetos Diversos:Furtado(a)

Espécie: Dinheiro **Qtd:** 2400 **Unidade de Medida:** Real(is) **Outras Informações:** Dinheiro a quantia de R\$2.400,00.

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 12



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2014 - Número 00004

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 01/01/2014 10:54**Data do Fato:** 01/01/2014 02:00**Data/Hora Incerta:****Local do Fato(Via Pública)::** Rua PRAIA ROSA NORTE Nº , , PRAIA DO ROSA, IMBITUBA**Ponto de Referência:** FESTA EM UM TENDA - FESTA FECHADA -**Fato Comunicado:** Furto de eletroeletrônicos**Fato Comunicado:** Furto de eletroeletrônicos**Tipificação do Fato:** Furto de eletroeletrônicos

PARTICIPANTE(S)

A APURAR : (Autor-Furto de eletroeletrônicos)

Mãe: Pai: - **Município:** FLORIANÓPOLIS - **Estado:** SANTA CATARINA - **País:** BRASIL**Sexo:** Não Informado **Estado Civil:** Não Informado **Nacionalidade:** Não Informado**Grau de Instrução:** Não Informado **Profissão:** Não Informado **Local de Trabalho:****Endereço(s)****Não Informado:** NÃO INFORMADO , , NÃO INFORMADO, , - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO

(31 anos) : (Comunicante), (Vítima-Furto de eletroeletrônicos)

Mãe: Pai: **Nascimento:** 26/8/1982 - **Município:** NÃO INFORMADO -**Estado:** ISRAEL - **País:** ISRAEL**Sexo:** Feminino **Estado Civil:** Solteiro **Nacionalidade:** Estrangeiro**Grau de Instrução:** Superior Completo **Profissão:** Arquiteto **Local de Trabalho:****Endereço(s)****Não Informado:** NÃO INFORMADO , , NÃO INFORMADO, EVEN SHMUEL ST. 97234 - JERUSALEM - ISRAEL -, - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO**Telefone(s)****Celular:** 9725238388

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata a comunicante que na madrugada de hoje, pelas 02h, durante festa de Revellion na praia do rosa, na cidade de Imbituba/SC, teve furtada do interior de sua bolsa uma câmera fotográfica da marca Canon, modelo powershot SX288 HS; QUE, segundo a comunicante a câmera custa em valor convertido para o sistema monetário brasileiro, aproximadamente R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais), necessitando a comunicante do registro policial, para fins de acionar seguro na cidade de Jerusalem, no país Israel; QUE, não possui suspeitos do furto. É o Relato.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Objetos Diversos: Furtado(a)**Espécie:** Máquina fotográfica **Qtd:** 1 **Unidade de Medida:** Quantidade **Outras Informações:** uma máquina fotográfica da marca Canon, modelo powershot SX288 HS.

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 14



REGISTRO: Unidade 00128 (FLORIANÓPOLIS - DPTUR) - Ano 2014 - Número 00690

RESUMO DA OCORRÊNCIA POLICIAL - NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO

FATO

Data da Comunicação: 26/02/2014 14:04

Data do Fato: __:__

Data/Hora Incerta: N/A

Local do Fato(Desconhecido): Desconhecido Desconhecido Nº S/N, , Desconhecido, FLORIANÓPOLIS

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

Fato Comunicado: Atendimento ao turista estrangeiro, Perda de Documento/Objetos

PARTICIPANTE(S)

: (Comunicante), (Proprietário)

Mãe: _____ **Pai:** _____ **Nascimento:** 29/1/1991 - **Município:** NÃO

INFORMADO - **Estado:** MARROCOS - **País:** MARROCOS

Sexo: Masculino **Estado Civil:** Não Informado **Nacionalidade:** Estrangeiro

Grau de Instrução: Não Informado **Profissão:** Não Informado **Local de Trabalho:**

Endereço(s)

Não Informado: NÃO INFORMADO , , NÃO INFORMADO, , - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO

RELATO(S) DA OCORRENCIA

Relata-nos que perdeu o seu bilhete de passagem de ônibus da empresa Itapemirim, poltrona 33, de origem em Florianópolis com destino no Rio de Janeiro. Nada mais.

OBJETOS ENVOLVIDOS

Documentos Diversos:Perdido(a)

Tipo: Não Informado **Estado:** BRASIL **Número:** **Outras Informações:**

RESPONSÁVEL(IS)

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 15



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção ao Turista

Endereço: Av. Paulo Fontes Número: 1101 Bairro: Centro Telefone: 483665723

Boletim de Ocorrência

REGISTRO: 00128 - 2015 - 00437

COMUNICAÇÃO: 06/02/2015 (6ªFeira) 10:12:00

FATO

Data: 05/02/2015 (5ªFeira) Hora: 15:00:00

Local do Fato (Transporte Coletivo): AVENIDA, PAULO FONTES, nº 1101, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC/BR - CEP: 88010-278

Detalhamento do Local: ônibus da Pluma.

Fato Comunicado

Furto de eletroeletrônicos

PARTICIPANTES

(21 anos) : (Comunicante (0))

Mãe:

 Pai: NÃO INFORMADO

 Dt. Nascimento: 08/06/1993

 Naturalidade: LONDRES/ZY/INGLATERRA

RELATO

At around 12 oclock i heard that another boy on my coach had his belongings stolen. When i checked my bag i noticed i also had my Samsung tablete and câmera taken. My bag was securly under my feet while i was aslepp when it was taken. I told the coach driver who was very unresponsive and he did nothing to help the situation.

Por volta das 12 horas ouvi dizer que um outro rapaz no meu treinador teve seus pertences roubados. Quando eu chequei minha mala eu notei que eu também tive meu tablete Samsung e câmera tomadas. Minha bolsa estava securly debaixo dos meus pés, enquanto eu estava aslepp quando foi tirada. Eu disse ao motorista do ônibus que foi muito insensível e ele não fez nada para ajudar a situação.

ASSINATURAS

Vilcl

RELATO DE OCORRÊNCIA- CASO 16



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção ao Turista

Endereço: Av. Paulo Fontes Número: 1101 Bairro: Centro Telefone: 4836655723

Boletim de Ocorrência

REGISTRO: 00128 - 2015 - 00429

COMUNICAÇÃO: 05/02/2015 (5ªFeira) 15:46:00

FATO

Data: 05/01/2015 (2ªFeira) Hora: 06:00:00

Local do Fato (Transporte Coletivo): RUA, TERMINAL RITA MARIA, nº 1101, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC/BR

Fato Comunicado

Furto Outros. Furto de Documento

PARTICIPANTES

(31 anos) : (Comunicante (1))

Mãe:

Pai: NÃO INFORMADO

Dt. Nascimento: 14/01/1983

Naturalidade: NÃO INFORMADO/ZY/IRLANDA

RELATO

Relata o comunicante que estava no ônibus da empresa Pluma Internacional vindo de Foz do Iguaçu para Florianópolis, que dormiu no ônibus, que sua mochila estava na parte de cima do banco (bagageiro), que quando foi pegar sua mochila a mesma não estava mais no referido bagageiro. Que estava dentro da mochila os seguintes objetos: 01 câmera Sony Nex 5N, Iphone 5, ipad 2012, lentes Sigma 30mm, relógio Fóssil, cartão Master Card, Visa, Carteira Estudante, cabo Extensão Iphone/Ipad. Que até o momento não recuperou os referidos objetos. Foi o relato.

ASSINATURAS